

Ordem propõe nova ADI para derrubar verba indenizatória



Para a OABMT, nova lei – vetada pelo Executivo – visou dar “ar de legalidade” no aumento das verbas dos deputados estaduais.

■ *Página-3*



Comissão de Acesso à Justiça leva reclamações do Nexped

■ *Página-6*

CAA/MT

CAA/MT investe mais de R\$ 500 mil em melhorias aos profissionais da advocacia

■ *Página-11*

TDP reitera que pareceristas não podem ser responsabilizados

Os presidentes da OAB/MT, Maurício Aude, e do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), Luiz da Penha Correa, reiteram que os profissionais que atuam como pareceristas não podem ser responsabilizados pelas manifestações expostas em processos administrativos. Em julho, um advogado de Diamantino pediu providências da Ordem, do TDP e da Procuradoria Jurídica, bem como das Comissões dos Advogados Públicos, e de Acompanhamento de Atividade Advocatícia no sentido de atuarem em um processo em que está sendo acusado pelo Ministério Público Estadual pelos crimes previstos nos artigos 89 da Lei nº 8.666/93 (Licitações e Contratos da Administração) e

29 do Código Penal (Concurso de agentes).

A denúncia apresentada pelo MPE apontou que o advogado e outros denunciados “teriam agido dolosamente na contratação de uma famosa dupla sertaneja para se apresentarem na V Expodiamantino, sem que estivessem preenchidos os elementos autorizadores do artigo 25, inciso III, da Lei 8666/93”. De acordo com o MPE, o evento tratava-se de comemoração promovida por um sindicato do município, mediante comissão organizadora capitaneada por um particular, de natureza estritamente privada. Pela realização do show, a dupla teria cobrado o cachê de R\$ 210 mil. O advogado envolvido (assessor jurídico do município) e o presidente da

Comissão Permanente de Licitação analisaram a documentação que instruiu o procedimento de licitação e se manifestaram no sentido de que a situação se amoldava à hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no artigo 25, III, da Lei nº 8.666/93.

O TDP recebeu os documentos enviados pelo advogado e o relator do processo, Maurício Magalhães Faria Neto, ressaltou que o órgão “possui o dever de proteger e preservar as prerrogativas de todos os advogados do Estado de Mato Grosso, sejam eles públicos ou privados. Prerrogativas estas que formam um conjunto de direitos inafastáveis do advogado no exercício de sua profissão. Entendo que estas garantias concedidas pela lei ao advogado são essenciais para a

correta realização de seu mister”.

O relator acrescentou que “em que pese a prerrogativa ofendida não estar claramente contida no rol do artigo 7º da Lei nº 8.906/94, creio que a mesma resta consignada em vários dispositivos legais. Primeiramente, no parágrafo 3º do artigo 2º e parágrafo 1º do artigo 3º, ambos do Estatuto da Advocacia”. Sobre a questão, o advogado colocou detalhes do julgamento do Mandado de Segurança nº 24.631/DF no Supremo Tribunal Federal, especialmente do voto do então ministro Joaquim Barbosa, o qual aponta que, se a lei não exige expressamente parecer favorável como requisito de determinado ato administrativo ou exige apenas o exame prévio por parte do órgão de assessoria

jurídica, o parecer técnico-jurídico em nada vincula o ato administrativo a ser praticado, e dele não faz parte. E conclui que nos casos de omissão legislativa, o exercício de função consultiva técnico-jurídica meramente opinativa não gera responsabilidade do parecerista.

Maurício Magalhães concluiu que “o STF decidiu no caso acima colacionado que o parecerista apenas pode vir a ter responsabilidade nos casos de parecer obrigatório e vinculativo previsto em lei. Nos casos de parecer apenas obrigatório, mas não vinculativo, não há que se falar em atribuição de responsabilidade do parecerista. Sob o prisma da Lei de Licitações, é possível afirmar que não existe dispositivo legal determinando

a vinculação do gestor público ao parecer jurídico exarado. Logo, o prefeito municipal de Diamantino não estaria adstrito à opinião jurídica exarada pelo advogado, ora representante. Portanto, subsumindo o caso em tela à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não resta dúvida de que o parecerista não possui qualquer responsabilidade objetiva sobre o conteúdo do parecer exarado, nos termos do aresto colacionado. Tal fato substancia-se em prerrogativa da profissão e do cargo exercido pelo representante, merecendo atenção desta Seccional quanto à sua proteção, inclusive no que tange a proteção jurisdicional das referidas prerrogativas”. Os autos foram para a Procuradoria Jurídica da OABMT.

DIRETORIA OAB/MT

Presidente

Maurício Aude

Vice-presidente

Cláudia Aquino de Oliveira

Secretário-Geral

Daniel Paulo Maia Teixeira

Secretário-Geral Adjunto

Ulisses Rabaneda dos Santos

Diretor-Tesoureiro

Cleverson de Figueiredo Pintel

CONSELHEIROS FEDERAIS

Cláudio Stábil Ribeiro
Duílio Piato Junior
Francisco Eduardo Torres Esgaib
José Antonio Tadeu Guilhen
Márcio Frederico de Oliveira Dorileo
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

CONSELHEIROS ESTADUAIS

Aarão Lincon Sicuto
Adalberto Lopes de Sousa
Alex Tocantins Matos
Alexandro Panosso
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Ana Lúcia Ricarte
Ana Lúcia Steffanello
Arnaldo Rauen Delpizzo
Breno Augusto Pinto de Miranda
Carlos Eduardo de Melo Rosa
Celito Liliano Bernardi
Dainez Nogueira Moreira
Daniela Marques Echeverria
Darley da Silva Camargo
Dauto Barbosa Castro Passare
Dinara de Arruda Oliveira
Eder Roberto Pires de Freitas
Edilson Lima Fagundes
Eduardo Augusto Bordoní Manzeppi
Evandro Cesar Alexandre dos Santos
Fabiana Curi
Fabio Arthur da Rocha Capilé
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabio de Sá Pereira
Glaucio Rogério dos Reis Capistrano
Heitor Correa da Rocha
Humberto Affonso Del Nery
Itallo Gustavo de Almeida Leite
Ivo Matias
Jonas Coelho da Silva
José Carlos de Oliveira Guimarães Junior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Julierme Romero
Luciana Castreghini
Luciano de Sales
Luiz Carlos Moreira de Negreiro
Luiz Carlos Rezende
Marcelo Geraldo Coutinho Horn
Maria Aparecida Alves de Oliveira Leite
Mauro Paulo Galera Mari
Murillo Barros da Silva Freire
Oswaldo Antonio de Lima
Paulo Sérgio Cirilo

Paulo Sérgio Gonçalves Pereira
Pedro Martins Verão
Raphael de Freitas Arantes
Ricardo Gomes de Almeida
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araujo
Roger Fernandes
Rogério Luis Gallo
Ronimárcio Neves
Samir Badra Dib
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Silas do Nascimento Filho
Soraide Castro
Stalyn Paniago Pereira
Tadeu Mucio Galvão Marques Valim
Tânia Regina Ignoti Faiad
Valber da Silva Melo
Valdir Miquelin
Waldemar Pinheiro dos Santos
Wilson Roberto Maciel

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS

Presidente

Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-presidente

Flaviano Kleber Taques Figueiredo

Secretário-Geral

Helmut Flavio Preza Daltró

Secretária-Adjunta

Ana Carolina Naves Dias Barchet

Tesoureiro

Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores

Alberto da Cunha Macedo
Anderson Vatutin Loureiro Júnior
José Antônio Gasparelo Júnior
José Luiz de Aguiar Bojikian
Ruy Nogueira Barbosa

Conselho Fiscal

Herthon Gustavo Dias
Hugo Florêncio de Castilho
José Eduardo Polisel Gonçalves
Enéas Correa de Figueiredo Júnior
Heleno de Figueiredo da Costa Marques
Mauren Lazaretti Aguiar

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA (ESA/MT)

Diretor Presidente

Bruno Oliveira Castro

Diretor Adjunto

Dejango Riber Oliveira Campos

Secretária-geral

Fabiana Curi

Secretário-geral Adjunto

Welder Queiroz dos Santos

Coordenador Pedagógico

Marcelo Antonio Theodoro

Conselho Curador

Adriano da Silva Félix

Ana Lucia Ricarte
Breno Augusto Pinto de Miranda
Bruno Ferreira Alegria
Bruno Devasa Cintra
Daniela Marques Echeverria
Dauto Barbosa Castro Passare
Dinara de Arruda Oliveira
Geandre Bucair Santos
Marcos Martinho Avallone Pires
Rogério Luiz Gallo

Contatos: (65) 3613-0956/0957

OUIDORIA

Ouidor-Geral

Geandre Bucair Santos

Ouidora-adjunta

Giselle Jovelina Dias de Carvalho

Contatos: (65) 3613-0965

TRIBUNAL DE DEFESA DAS PRERROGATIVAS (TDP)

Presidente

Luiz da Penha Corrêa

Vice-Presidente

Ademar Santana Franco

Secretária-Geral

Jozaira Rita Seixas Guedes

Secretária Adjunta

Fabiane Battistetti Berlanga

MEMBROS

Antonio Pinheiro Esposito - Cuiabá
Bruno Casagrande e Silva - Nova Mutum
Bruno Rodrigues da Silva - Cuiabá
Carla Caroline de Paula Rocha - Cuiabá
Eduardo Horschutz Guimarães - Cuiabá
Edwin de Almeida Costa - Cuiabá
Everaldo Batista Filgueira Junior - Cáceres
João Ricardo Moreira - Cuiabá
Luciano Rodrigues Dantas - Cuiabá
Luiz Gonçalves de Seixas Filho - Mirassol D' oeste
Marco Antonio Magalhães dos Santos - Cuiabá
Marcus Augusto Giraldo Macedo - Peixoto De Azevedo
Milton Martins Mello - Cuiabá
Nelci Andrea dos Santos Andreotti - Peixoto De Azevedo
Paulo Sérgio Missasse - Cuiabá
Rosane Costa Itacaramby - Cuiabá
Ruy Barbosa Marinho Ferreira - Peixoto De Azevedo
Valéria Aparecida Solda de Lima - Mirassol D' oeste
Vicente Diocles Rocha Botelho de Figueiredo - Cuiabá
Wilson Pedro Nery - Cuiabá

Contato: (65) 3613-0965
Plantão de Prerrogativas (24 horas):
(65) 9239-1000

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA (TED)

Presidente

João Batista Beneti

Vice-Presidente

Antonio Luiz Ferreira da Silva

Secretário-Geral

Silvano Macedo Galvão

RELATORES

Renato de Perboyre Bonilha
Rober Cesar da Silva
Clarissa Bottega
Samantha Rondon Gahyva Martins
Rogerio de Barros Curado
Roberto Antunes de Barros
Marco Antonio Dotto
Adolfo Arini
Jucimeire Marques de Oliveira
Jose Gaspar Maciel de Lima
Pedro Marcelo de Simone
Seila Maria Alvares da Silva
Alexandre Maciel de Lima
Ivo Sergio Ferreira Mendes
João Paulo Moreschi
João Manoel Junior
José Ravello
Henrique Alves Ferreira Neto
Orlando Campos Baleroni
Gisela Alves Cardoso
Nelson Feitosa
Valdir Francisco de Oliveira
Samuel Richard Decker Neto
Paulo Eurico Marques Luz
Nubia Narciso Ferreira de Souza
Jackson Mario de Souza
Marcelo Bertoldo Barchet
Mauro Antonio Stuaní
Gelson Nunes de Souza
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Celso Correa de Oliveira
Nelson Frederico Kunze Pinto
Adriana Paula Tanssini Rodrigues Silva
Rosely Amaral de Souza
Hamilton Ferreira da Silva Junior
Cristiano Alcides Basso
Marcel Alexandre Lopes
Clarissa Lopes Vieira Vidaurre
Rodrigo Quintana Fernandes
Jonel Benedito Ferreira de Arruda
Adelina Neres de Sousa Campos
Douglas Ricardo Guilhen Melo
Raul Astutti Delgado
Décio Cristiano Piato
Andreia Alves
Carlos Roberto Previdelli
Ulisses Duarte Junior
Joice Wolf Scholl
Luiz Sergio Rossi
Mauro da Silva Andrieski
Murillo Espinola de Oliveira Lima
Amaro Cesar Castilho
Paulo Fabrinny Medeiros
Luciana Amália Alves
Bruno Ferreira Alegria

Contato: (65) 3613-0935

EXPEDIENTE

Jornalistas:

Lídice Lannes - DRTMT 810
Luis Tonucci - DRTMT 1468
Paula Peres - DRTMT 1243

Fotografias: Fotos da Terra e Assessoria de Imprensa OAB/MT

Diagramação e Editoração: Cláudio Castro - DRTMT 351

Contatos Assessorias de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias sociais:

www.facebook.com.br/oabmt
www.facebook.com.br/oabmatogrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem: 15.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n - Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914 - Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921



OABMT propõe nova ADI contra verba indenizatória da ALMT

■ O Pleno do Tribunal de Justiça de Mato Grosso extinguiu, sem resolução do mérito (sem apreciação do pedido), a primeira Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) apresentada pela OABMT, cuja finalidade era declarar a inconstitucionalidade do Decreto 42/2015 e da Resolução 4175/2015, os quais instituíram o valor de R\$ 65 mil como verba indenizatória aos 24 deputados estaduais. Porém, nova ADI foi proposta para derrubar a Lei

10296/2015, que tratou do mesmo tema.

A Assembleia Legislativa, um dia após ter tomado conhecimento da posição adotada pelo Ministério Público Estadual (favorável ao posicionamento da OABMT quanto à inconstitucionalidade do decreto e da resolução), editou a Lei 10296/2015, o que culminou na revogação do referido decreto e resolução. Assim, o relator do recurso, desembargador Márcio Vidal, e os demais membros que compõem o Pleno do

TJMT decidiram extinguir a ação por perda do objeto.

O presidente da Seccional, Maurício Aude, em sustentação oral no TJMT, registrou que a instituição “já ingressou com uma nova ADI sustentando a inconstitucionalidade da nova lei ao argumento de que as normas que a compõem ferem a Constituição Federal, em especial os princípios que regem a administração pública como, por exemplo, o da legalidade, moralidade e publicidade. Essa nova lei contém os mesmos vícios, as mesmas falhas e a OABMT, como defensora da Constituição Federal e dos interesses da sociedade, continuará lutando para que a lei seja declarada inconstitucional. Não há qualquer tipo de prestação de contas dos valores recebidos pelos deputados. A sociedade não merece isso, ao contrário, tem o direito de saber onde esse dinheiro está sendo aplicado”.

Maurício Aude fez questão de registrar que “não houve qualquer tipo de prejuízo com a extinção dessa ação porque a previsão de julgamento da nova ADI é de 30 a 40 dias. Vamos esperar o novo julgamento. A administração



pública é obrigada a prestar contas à sociedade e o que queremos é que haja transparência”, finalizou.

Andamento - Para a OABMT a nova lei que foi vetada pelo governador do Estado “visou dar um ar de legalidade no aumento da verba indenizatória dos senhores parlamentares estaduais que haviam majorado no mesmo patamar através de simples resolução e decreto legislativo”. Assim, a Ordem propôs uma nova Ação Direta de Inconstitucionalidade em face da Lei 10296/2015 que instituiu verba indenizatória para deputados

estaduais da Assembleia Legislativa.

A nova ADI foi distribuída no dia 17 de julho e, conforme andamento processual do Tribunal de Justiça, no dia 23 a nova ADI estava concluída para o relator. Na nova ação, a Seccional argumentou que a remuneração dos parlamentares, segundo a Constituição Federal, está condicionada ao teto do subsídio do governador do Estado, conforme o art. 37, inciso XI, da Constituição Federal. “Vê-se, pois, que a somatória dos valores (subsídio + verba indenizatória) percebidos pelos parlamentares estaduais

chega à exorbitante quantia de R\$ 85.042,35”.

Na ADI nº 96397.22.2015.811.000 (Cod. 96397), a Ordem apontou praticamente as mesmas ilegalidades apontando que a verba indenizatória dos parlamentares estaduais é inconstitucional e não observou os princípios explícitos da administração pública, “em especial da moralidade, eficiência e proporcionalidade, porquanto não se justifica um parlamentar estadual dispor de R\$ 65.000,00 por mês para quitar despesas extraordinárias afetas ao exercício do cargo público”.



Garantia de prerrogativas é defesa do cidadão, diz TDP

■ O presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas da OABMT, Luiz da Penha Correa, defendeu, em reunião de presidentes de Comissões, que a atuação pelo cumprimento das prerrogativas profissionais é, na verdade, a defesa dos direitos do cidadão. “A autoridade que cerceia o acesso de advogados e advogadas a processos ou a salas de audiência, está cerceando o direito de o cidadão ir à Justiça”, observou.

Luiz da Penha apresentou os trabalhos que vêm sendo realizados pelo TDP na defesa de profissionais de todo o Estado, alertando que são inúmeros casos de desrespeito de juizes, promotores, delegados e outros operadores do Direito. O Tribunal de Defesa das Prerrogativas tem sido muito demandado em situações em que advogados

são acusados em ação penal por parecer emitido em início de licitação quando na função de procurador jurídico. “Os promotores estão denunciando e os juizes acatam. O parecer não vincula o profissional a atos praticados por prefeitos, vereadores ou terceiros”, defendeu.

Outra questão apontada pelo presidente do TDP refere-se ao acompanhamento das operações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) quando há envolvimento de profissionais da advocacia. “Sempre reitero que a presença da OABMT visa garantir os direitos dos advogados, caso sejam presos, de não serem colocados em cela comum, conforme preconiza nosso Estatuto. Em cumprimento de busca e apreensão em escritórios, também temos que acom-

panhar para verificar se está dentro da legalidade. Muitas vezes nossos membros ficam o dia todo, às vezes passam a noite acompanhando os casos e esse trabalho é voluntário”, sublinhou.

O presidente do TDP ressaltou que a Ordem tem sido bem recebida pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Direitos Humanos e pela diretoria da Polícia Judiciária Civil. Neste mês será agendada reunião com o Comando-geral da Polícia Militar para apresentar, entre outras demandas, a reclamação de que policiais estão impedindo advogados de acompanhar seus clientes na sala onde confeccionam um relatório do ocorrido, o que para a OABMT não tem função alguma já que o Boletim de Ocorrência é de competência da Polícia Civil.



TRF1 tranca ação penal em face de parecerista

■ A pedido da OABMT em Habeas Corpus, o desembargador federal Ney Bello concedeu liminar para sobrepor o andamento de ação penal movida em face de uma advogada que emitiu parecer em processo de licitação quando atuava como procuradora jurídica em Guarantã do Norte. Ela foi denunciada juntamente com acusados de cometerem crimes de responsabilidade previstos no Decreto Lei nº 201/67. A decisão foi exarada em junho deste ano e o fato ocorreu em 2001.

“Examinei a denúncia e não há sequer uma linha descrevendo de que modo a paciente teria se locupletado do crime e quanto teria recebido ou desviado para terceiros. Faltou à exordial demonstrar o liame entre a conduta da paciente e o resultado produzido. Assim, ao meu juízo, a acusatória carece de elementos essenciais que possibilitem à paciente o amplo exercício de defesa e o contraditório”, afirmou o magistrado.

O fato - Os acusados na Ação Penal que tramita perante a 2ª Vara Federal

de Sinop, teriam sido responsáveis pela liberação de verba pública sem observar os requisitos legais e pelo desvio de finalidade de um convênio no valor de R\$ 150 mil para implantação de projeto de rede de distribuição elétrica para atender a população rural. Apesar de a Prefeitura ter especificado que pretendia verbas da União para implantação de rede de eletrificação rural, ao fiscalizar a obra a Controladoria-Geral da União constatou que estava sendo substituída uma rede já existente.

A então procuradora jurídica Airoza Lá-Wergita Bastos foi denunciada com os outros acusados por ter emitido parecer durante o processo de licitação anterior à obra. No HC, a OABMT argumentou que não havia justa causa para prosseguir com a ação penal. “Não é possível, por todo o exposto, se atribuir prática de ilícito a paciente, que exercendo a função de procuradora jurídica do município, não tem competência e nem possui atribuição legal de analisar in loco se de fato a rede existente era ou

não suficiente, se possuía ou não as condições de imprestabilidade informadas nos autos pelos setores competentes da prefeitura”.

No habeas corpus, os procuradores jurídicos da OABMT ressaltaram que na elaboração do parecer a profissional tinha o dever de analisar os documentos constantes dos autos e sequer era do seu conhecimento que seriam liberados recursos da União. Alertaram que não cabe à Procuradoria Jurídica fiscalizar a execução das obras não sendo possível

vincular o parecer jurídico a eventual ato ilícito praticado por terceiros.

“Processar um advogado por ter emitido parecer jurídico, posteriormente utilizado para eventual ato ilícito praticado por terceiro, é o mesmo que processar um Juiz por delito praticado por pessoa que ele livrou do cárcere com fundamentos jurídicos inadequados”, pontuaram lembrando que a liberdade de manifestação em peças processuais é prerrogativa garantida pela Constituição Federal e pela Lei Federal 8.906/94.

Seccional estreita relacionamento com novos magistrados

O presidente da OABMT, Maurício Aude, e o conselheiro estadual Evandro Cesar A. dos Santos participaram de uma reunião com os novos juízes que passarão a atuar em Mato Grosso. O encontro ocorreu na sede da Escola dos Servidores do Poder Judiciário durante o curso de formação. Maurício Aude ressaltou que “o objetivo não foi ministrar palestra, mas sim um bate papo informal para expor os anseios da advocacia e também ouvir os novos juízes e juízas. Primeiramente é uma satisfação estar com vocês porque acredito que esse deve ser o segundo curso que a OABMT é convidada para participar e compartilhar ideias para o bem do jurisdicionado. Precisamos de vocês, principalmente o interior do Estado, que os aguarda com muita ansiedade. Saibam que serão bem recebidos e vamos continuar lutando e torcemos para que os outros candidatos aprovados também sejam nomeados”.

O presidente da Ordem destacou aos novos magistrados que a instituição se preocupa com a prestação jurisdicional. “Tenho dito que é frustrante para o advogado, ao final do dia, responder ao seu



cliente que o processo dele não teve nenhuma movimentação, mas também entendo o quanto difícil é para os magistrados também não conseguir julgar as demandas com a celeridade que todos esperam em virtude



da falta de servidores, estrutura física, dentre outros motivos. Por isso, explicito a todos vocês que a OABMT tem atuado junto ao governo do Estado no sentido de garantir mais repasse ao Judiciário para que possa oportunizar melhores condições de trabalho dos advogados e de todos os interessados num Poder Judiciário mais forte, célere e eficiente”, destacou Maurício Aude.

Ele destacou a existência do Comitê Multi-Institucional, formado por diversos órgãos públicos que agem juntos visando a melhoria do sistema judicial. “As reuniões têm sido muito produtivas, pois com o diálogo temos conseguido avanços significativos. Essa integração tem feito a diferença



em nosso pedido para vocês é nesse sentido, ou seja, vamos firmar aqui uma parceria que resolva nossas dificuldades de maneira amistosa, sem a necessidade de representações de ambas as partes. Todos nós sabemos que não há hierarquia entre juízes e advogados e é importante termos um bom relacionamento, uma vez que fortalece ainda mais a advocacia e a magistratura”.

Maurício Aude entregou para cada magistrado um manual de defesa das prerrogativas e pediu a todos atenção especial para dois incisos do artigo 7º da Lei 8.906/94: o VIII, que trata do atendimento aos advogados independentemente de horário previamente marcado, e XIII, que versa sobre o acesso a autos de processos findos ou em andamento sem procuração, quando não estejam sujeitos a sigilo, assegurada a obtenção de cópias. “A OABMT pede aos senhores que respeitem a Lei 8.906/94. É importante que a advocacia

seja atendida. O magistrado não precisa antecipar seu entendimento, apenas ouvir o que o advogado tem a dizer. Se ele o procurou, certamente quer tratar de uma situação urgente. Quanto ao acesso aos autos, é salutar enaltecer que a ferramenta de trabalho do advogado é o processo. O profissional do direito não pode ser impedido de ver o processo, a não ser nos casos previstos em lei”.

Interação - Os novos juízes e juízas aproveitaram a oportunidade e fizeram alguns questionamentos ao presidente da OABMT. Um exemplo foi justamente sobre o atendimento aos advogados, quando um magistrado perguntou qual o posicionamento da Ordem acerca do agendamento de horários. Maurício Aude e Evandro Santos registraram que o advogado deve ter acesso livre aos gabinetes, mas entendem que se o juiz não pode atender o profissional naquela hora

devido à realização de uma audiência ou quando estiver sentenciando, que estipule um horário posterior para atendimento. Reiteramos que o que deve prevalecer entre todos nós é a união, o bom senso, pois o tempo é precioso para ambas as partes”.

Por fim, o juiz Fabio Penteingill sugeriu à OABMT que entre em contato com os presidentes das subseções para que seja agendada uma reunião de apresentação, oportunidade para que os novos magistrados possam expor suas ideias e colher os anseios da advocacia, a exemplo do que ocorreu no Colégio de Presidentes das Subseções, o qual contou com a presença do então presidente do TJMT desembargador Orlando de Almeida Perri.

A sugestão foi aprovada por todos os presentes e Maurício Aude se comprometeu a entrar em contato com os 29 presidentes de subseções e pedir para que já se organizem nesse sentido.

Posse de novos juízes é conquista da advocacia mato-grossense

A OABMT contribuiu para o aumento no número de magistrados do Poder Judiciário Estadual na medida em que há muito tempo cobra melhorias, principalmente na Primeira Instância. Assim, “a posse de 26 novos magistrados também é vitória da advocacia, de nossa insistência e dedicação na luta por melhores dias na Justiça Estadual. Temos buscando com frequência os dirigentes do Tribunal e intermediado encontros com representantes das Subseções para levarem suas reivindicações”, pontuou o presidente da Seccional, Maurício Aude.

Em todas as reuniões entre os presidentes das Subseções com os presidentes do TJMT, foram apresentados pedidos de mais juízes (ver notícias correlatas abaixo). Alguns desses encontros foram realizados na própria sede da OABMT e também no Colégio de Presidentes de Subseções de Sinop, quando o então presidente do

Tribunal, Orlando Perri, foi convidado a ouvir as demandas pessoalmente.

O atual presidente Paulo da Cunha, também ouviu os profissionais na Seccional que relataram históricos de cumulação de comarcas por parte de juízes e sérias dificuldades na tramitação processual com a devida celeridade. Conforme o TJMT, foram 49 candidatos classificados e 26 empossados. Novas nomeações poderão ser feitas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e necessidade. Atualmente, a Justiça Estadual conta com 224 juízes. O certame foi iniciado em 2013 e contou com cinco etapas.

Clamor da advocacia - Muitos presidentes de Subseções ainda relatam sérios problemas com andamento de processos devido à falta de juízes ou cumulação de varas ou comarcas no interior do Estado. Esse assunto foi abordado em junho deste

ano durante o Colégio realizado em Sorriso em que os representantes da advocacia no interior demonstraram preocupação com o fato do número de novos juízes não ser suficiente. Assim, apesar de saberem da posse dos novos aprovados, inseriram na Carta de Sorriso a seguinte demanda: “COBRAR do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso a realização de novo concurso para juízes, logo após a posse dos magistrados aprovados no concurso em andamento, tendo em vista a demanda reprimida de processos em diversas comarcas do estado”.

O presidente da OAB de Mirassol D'Oeste, Gustavo Tostes Cardoso, cumprimentou pela posse e reafirmou a necessidade da região. “Parabéns pela conquista da advocacia, esses novos juízes vão atender as comarcas faltosas. Esperamos que sejam empossados juízes nas comarcas de Porto Esperidião e que seja

criada a terceira vara criminal de Mirassol D'Oeste”.

A diretoria da OABMT participou da solenidade de posse no Tribunal de Justiça com a presença de diversas autoridades. Maurício Aude desejou sucesso aos novos membros. “Parabenizo todos os juízes e juízas empossados e torço para que desempenhem um excelente trabalho. Não é novidade que nosso Judiciário está abarrotado de processos, mas acredito que agora a sociedade receberá a prestação jurisdicional de forma mais célere”.

A corregedora nacional de justiça Nancy Andrighi, sugeriu aos novos juízes que “sempre pensem nas consequências que suas sentenças podem causar. Atendam os advogados, pois, além de ser



nosso dever e obrigação, faz parte do nosso dia a dia de trabalho e nos ajuda a ter segurança para julgar”. Andrighi orientou-os a não misturar prazos processuais com prazos emocionais. Há processos que devem tramitar de forma célere, mas há outros que precisam estar maduros para sentença. “É necessário, também, que todos tenham humildade, principalmente quando cometem erros. Se tiverem dúvidas, telefonem para colegas mais experientes ou até mesmo para o corregedor e perguntem o que fazer. É melhor do que provocar prejuízos a quem espera uma resposta jurisdicional”.

O presidente do TJMT, desembargador Paulo da Cunha, ressaltou que os novos juízes e juízas, “hoje estão sendo chamados para uma missão séria. Todos devem, a partir de agora, transformar vidas e a realidade, dizer a verdade, doa a quem doer. Verdade e conhecimento não se misturam. A verdade só pode ser conhecida por meio dos nossos conceitos, teorias, sensibilidade. Vossas Excelências só terão êxitos se forem sensíveis, guiados pela razão, observando, ouvindo tudo e a todos e decidindo com motivação. O estudo contínuo é o eterno companheiro. Façam a diferença em cada sociedade”.

Cojesp requer garantia de vagas em estacionamento da TRU

A Comissão de Juizados Especiais da OABMT buscou providências urgentes acerca da disponibilização de vagas no anexo Antônio de Arruda (Esmagis) onde está a Turma Recursal Única para advogados e advogadas que precisam acompanhar os julgamentos. A Cojesp recebeu diversos telefones reclamando que profissionais estariam

sendo impedidos de entrar no estacionamento.

O presidente e o membro da Comissão, Giorgio Aguiar e Gilberto Borges, conversaram pessoalmente com o presidente da Turma Recursal dos Juizados Especiais de Mato Grosso, juiz Sebastião de Arruda Almeida, o assessor do juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, Túlio Duailibi Alves Souza; e com a

Diretoria-Geral do TJMT para buscar resolução o mais rápido possível diante do calendário de julgamentos que ocorrem semanalmente e da necessidade de acesso rápido por parte dos profissionais da advocacia. Eles também protocolizaram um ofício com a demanda. No documento lembram que todas as terças e sextas-feiras ocorrem os julgamentos no plenário

da TRU e as inscrições de preferência e sustentação oral só podem ser feitas até às 9h, “a impossibilidade de estacionar seu veículo junto ao anexo acarreta sérios prejuízos tanto ao exercício da advocacia e por consequência ao próprio jurisdicionado, fato que vem acontecendo com frequência”.

Argumentaram que na Lei 9.099/1995, nos recursos, as partes de-

vem ser representadas por advogados obrigatoriamente e lembraram que o Tribunal de Justiça sempre disponibilizou vagas de estacionamento para advogados e advogadas. Ressaltaram que o anexo está em local de difícil acesso, com poucos pontos de estacionamento permitidos e mal servido de transporte público; “além de estar distante e de impossí-

vel acesso do estacionamento principal deste sodalício onde já existe as vagas para os profissionais da advocacia”. A Comissão de Juizados Especiais da OABMT, em parceria com a Caixa de Assistência dos Advogados (CAAMT), se comprometeu em arcar com despesas da instalação de placas de identificação das vagas para a advocacia.

OABMT foi representada em eventos com ministro Ricardo Lewandowski

A vice-presidente da OABMT, Cláudia Aquino; o secretário-geral adjunto, Ulisses Rabaneda; e o presidente da Comissão de Direito Carcerário, Waldir Caldas, representaram a Ordem em eventos realizados com a participação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, com a presença de autoridades dos Poderes Judiciário e Executivo Estadual; Município de Cuiabá, e outros.

A primeira foi a inauguração do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) em matéria ambiental para atuar em parceria com o Juizado Volante Ambiental (Juvam) e com a Vara Especializada do Meio Ambiente (Vema) da Capital. A estrutura funcionará como central de conciliação e mediação com foco específico em meio ambiente. Ricardo Lewandowski destacou que “a solução consensual, que resulta da autocomposição, é a solução desejada, sobretudo num país democrático como o nosso, pois pacifica os conflitos”. O Cejusc cumpre a Resolução nº125 do CNJ e conta com equipes de conciliadores e mediadores para atender eventuais demandas reprimidas que

serão tratadas mediante mutirões e ações programadas.

Audiência de custódia - Outro evento foi a assinatura do termo de adesão do Poder Judiciário para implantação do projeto de audiência de custódia. O compromisso foi firmado entre o presidente do TJMT, desembargador Paulo da Cunha, e o ministro Ricardo Lewandowski. Em parceria com o Governo do Estado, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública e OABMT, o TJMT se compromete a operacionalizar “a apresentação da pessoa autuada em flagrante delito à autoridade judiciária no prazo máximo de 24 horas após a sua prisão”.

A audiência de custódia consiste na garantia da rápida apresentação do preso a um juiz nos casos de prisões em flagrante. O acusado é apresentado e entrevistado pelo juiz, em uma audiência em que são ouvidas também as manifestações do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do advogado do preso. Também assinaram o termo de adesão o diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (Depen), Renato De Vitto, e a diretora executiva do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, Isadora Figermann.



STF reafirma inviolabilidade de escritório de advocacia

O presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, concedeu medida cautelar reafirmando que os escritórios de advocacia são invioláveis e que se deve respeitar uma das mais caras prerrogativas da profissão: o sigilo entre o advogado e seus

clientes. A decisão atende a pedido formulado pela OAB/DF para que se respeite este limite, em consonância com o disposto no Estatuto da Advocacia, e se deu no âmbito da operação Politeia, deflagrada pela PF, devido a abusos cometidos em busca e apreensão em

um escritório de advocacia na capital.

De acordo com o presidente da seccional, Ibaneis Rocha, representantes da Comissão de Prerrogativas da OAB/DF acompanharam as diligências e verificaram que os policiais ultrapassaram os limites

do mandado, o que fere prerrogativas de toda a categoria.

Lewandowski ressaltou que documentos apreendidos por autoridades policiais em escritórios de advocacia que não tenham relação direta com o caso investigado não podem ser

usados em hipótese alguma. O ministro reproduziu o artigo 6º do Estatuto da OAB que veda a utilização, em qualquer hipótese, “dos documentos, das mídias e dos objetos pertencentes a clientes do advogado averiguado, bem como dos demais instrumentos de

trabalho que contenham informações sobre clientes”. Na decisão, o presidente do STF estende os efeitos da medida para todos os advogados que estejam em situação análoga à do caso em que a OAB/DF atua como assistente. (Fonte: OAB/DF)

Transmissão de sessões no Youtube deve retornar

A diretoria da OABMT recebeu ofício da Coordenação de Comunicação do Tribunal de Justiça de Mato Grosso informando que a disponibilização das sessões realizadas no âmbito do tribunal voltaria a ocorrer no canal Youtube. O pedido foi feito pela Seccional em março deste ano. Segundo

o documento, a ferramenta está sendo reorganizada de forma que as sessões passem a ser disponibilizadas em sistema de playlist, o que facilitará a localização de cada sessão, bem como das matérias da TVJUS.

Conforme a Coordenação de Comunicação, as sessões de todas as 13 Câmaras Cíveis e Criminais,

bem como das Turmas de Câmaras Cíveis e Criminais Reunidas voltaram a ser transmitidas ao vivo via Portal do Poder Judiciário. As do Tribunal Pleno não sofreram interrupção e que todas têm os horários e datas disponibilizadas no portal, cujo acesso é o banner com a foto do Tribunal Pleno.

OABMT e TDP acompanham advogada presa para garantir prerrogativas

A vice-presidente da OABMT, Cláudia Aquino, e o representante do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) Eduardo Guimarães acompanharam a prisão de uma advogada que se envolveu em acidente de trânsito e foi detida. A presença da Ordem em casos semelhantes, como vem acontecendo desde o início da

gestão, visa garantir o cumprimento do que preconiza o Estatuto da Advocacia em seu artigo 7º, inciso V, de que a prisão cautelar de advogado ou advogada deve ser efetivada em Sala de Estado Maior e, na falta desta, que seja autorizada prisão domiciliar.

O maior problema encontrado pela OABMT é a falta de local adequado,

conforme determina a Lei 8.906/94, principalmente para mulheres. Os representantes da Seccional buscam alternativas junto à Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polinter e outros, mas não obtiveram êxito. Eles se colocaram à disposição da defesa da advogada para buscar o deferimento da prisão domiciliar na justiça.



Comissão de Acesso à Justiça leva reclamações do Nexped à diretoria do Foro

■ O presidente da Comissão de Acesso à Justiça da OAB-MT e membro do Tribunal de Defesa das Prerrogativas, Eduardo Guimarães, se reuniu, com o diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, juiz Aristeu Dias Batista Vilella, para apresentar reclamações de advogados relativas a procedimentos do Núcleo de Expedição de Documentos (Nexped). Também participaram servidoras responsáveis pelo setor.

“Pedidos de urgência, liminar, ofício para fazer

vinculação de processo para expedição de alvará estão demorando 90 dias para serem feitos e, neste caso, leva-se mais 90 para a liberação efetiva. Ou seja, o advogado ou a advogada está esperando seis meses para receber o que lhe é devido”, explicou Eduardo Guimarães.

O advogado também apontou a falta de acesso dos profissionais da advocacia a processos que estão no Nexped quando precisam dos autos por outros motivos, gerando indignação diante da prer-

rogativa de livre acesso aos órgãos públicos e documentos. “Sabemos que o setor é novo e tornou-se um braço das secretarias e a OABMT quer contribuir para o aprimoramento do serviço. Mas, acreditamos ser necessário mais gestores para fazer o trabalho de revisão, já que a maior parte do trabalho é feita por estagiários”, observou.

O juiz Aristeu Vilella explicou que o projeto é piloto e que essas questões não haviam sido remetidas ainda à diretoria do Foro. Relatou que cerca de

70 estagiários trabalham em dois turnos para fazer a expedição de documentos e que o prazo máximo de demora tem sido 90 dias, fato que não ocorria quando o procedimento ficava a cargo das secretarias das varas. O Nexped foi implantado em dezembro do ano passado para expedir documentos e fazer juntada de processos considerados procedimentos que demandam mais tempo na hora de dar encaminhamento aos processos judiciais.

Documentos urgentes

- Na reunião, verificou-se que os casos citados pelo representante da Ordem não precisavam ser enviados para o Nexped e poderiam ser resolvidos pelos gestores da própria vara. Assim, pedidos de urgência, liminar, ofício para fazer vinculação para expedição de alvará, termos de penhora, entre outros, são alguns dos pedidos que o magistrado afirmou que não será mais recepcionado no Núcleo. “Comprometo-me em fazer uma reunião com os gestores para fazer as

orientações a respeito. Há um rodízio de analistas e gestores para fazer a conferência e percebemos que houve uma melhora nos serviços. Porém, vamos verificar a melhor forma de atender”, pontuou.

Acesso a autos - Quanto ao acesso aos autos, as gestoras responsáveis pelo Nexped informaram que não é preciso que os advogados e advogadas se dirijam ao Núcleo, basta pedir ao gestor da Vara que elas enviem imediatamente o processo solicitado.

Primeira audiência por videoconferência melhora condições de trabalho

■ A diretoria da OABMT participou da primeira sustentação oral feita por meio de videoconferência, realizada na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, durante a sessão de julgamento da Segunda Turma. A defesa foi feita pelo advogado André Luiz Rossi, de Tangará da Serra, que representou a empresa em um processo cujo empregado havia sido alvejado por arma de fogo. Na ocasião, o relator do recurso entendeu, com base nas provas juntadas aos au-

tos, não ter havido culpa objetiva do empregador, uma vez que o fato não guardava relação com as funções exercidas pelo empregado.

O presidente da Seccional, Maurício Aude, consignou que “Trabalhar com mecanismos modernos como esse certamente contribuirá para a dia a dia do advogado e advogada. Vivemos em um Estado continental e a videoconferência proporcionará mais segurança ao profissional do direito, uma vez que não precisará viajar longas distân-

cias, tendo mais qualidade de vida, sem contar que o acesso à jurisdição à justiça se concretiza ainda mais”.

O presidente do tribunal, desembargador Edson Bueno, afirmou que “O projeto ainda é piloto e está em funcionamento em algumas unidades do interior. Nossa intenção é expandi-la para as 38 Varas do Estado”. Ele acrescentou que a videoconferência é uma opção ofertada aos advogados, não sendo obrigatória sua utilização. **Fotos: TRTMT.**



Advogado não pode ser condenado com cliente por mentira nos autos

■ Quando há litigância de má-fé, a responsabilidade de advogados só pode ser reconhecida se comprovada em ação específica, e por isso o profissional da área não deve ser multado junto com as partes. Assim entendeu a desembargadora Marilene Bonzanini, do 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, ao derrubar multa aplicada a um advogado por um juiz que constatou “absurda deturpação dos acontecimentos” em um processo contra o estado.

A ação cobrava indenização por danos morais e materiais depois que o cliente teve um veículo apreendido. O autor relatou que dirigia quanto teve o carro recolhido pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran). Segundo ele, esse episódio lhe causou grande humilhação, pois teve de voltar a pé para sua residência e virou alvo de desconfiança da própria família, que não entendeu por que o homem apareceu sem o veículo. Além da reparação, o homem pediu a restituição do bem. O estado

apresentou versão diversa alegando que o carro não foi apreendido por agentes do Detran, mas pela Polícia Civil, devido à prisão em flagrante do filho do autor, em 2004, por crime de receptação. O produto do crime estaria guardado no automóvel, estacionado na via pública. E informou que o veículo foi liberado pelo juízo criminal no mês seguinte, quase um ano antes do ingresso da inicial indenizatória.

Ao analisar o pedido de indenização, o juízo de primeira instância reconheceu a versão apresentada

pelo estado, pois o mesmo juiz havia homologado o registro policial. Ele apontou que o autor do processo acabou confessando que não estava dirigindo no momento da apreensão, além de ter deixado o carro deteriorar-se na rua. Por isso, aplicou multa de 10% sobre o valor da causa não só ao autor, como solidariamente a seu advogado.

Em decisão monocrática, a desembargadora Marilene Bonzanini acrescentou que o advogado multado sabia que o veículo não estava mais apreendido, pois ele mesmo conseguira a

liberação na época. Apesar de reconhecer o problema, a relatora afirmou que o Superior Tribunal de Justiça já pacificou entendimento de que seria inviável a condenação solidária da parte e de seu advogado por conduta prevista no artigo 17, inciso II, do Código de Processo Civil.

“Com a ressalva pessoal de que a interpretação [do STJ] apresenta censurável corporativismo, tratando de forma diversa situações fáticas idênticas – ambos, autor e advogado, concorreram para a conduta com plena ciência das inverda-

des trazidas na peça inicial –, em atenção ao papel uniformizador do STJ, é de ser aplicado o entendimento da Corte Superior, razão pela qual vai provido o recurso, no particular, para afastar a responsabilidade solidária do advogado”, concluiu a desembargadora. Ela também avaliou ser excessiva a multa aplicada, reduzindo-a para 1% sobre o valor da causa.

Apelação MB N° 70035793397 (N° CNJ: 0167054-35.2010.8.21.7000) 2010/CÍVEL - **Fonte: Consultor Jurídico**

Comissões defendem importância da OAB para a sociedade

Os presidentes das Comissões Temáticas das OABMT se reuniram em julho para tratar das ações realizadas no primeiro semestre e planejar novas atividades e defenderam a importância da Ordem diante das recentes críticas feitas pelo presidente da Câmara Federal. O coordenador das Comissões e presidente da Caixa de Assistência dos Advogados (CAAMT), Leonardo Campos, presidiu os trabalhos. Também estava presente o presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), Luiz da Penha Correa.

Defesa da OAB - Os presidentes das Comis-

sões de Estudos Constitucionais e de Fiscalização dos Gastos Públicos, Felipe Amorim Reis e Ivo Matias, defenderam a importância da OAB para o país e reiteraram a pesquisa divulgada pelo Datafolha demonstrando que a Ordem é uma das instituições de maior credibilidade junto à população. Por outro lado, o Congresso Nacional aparece com um dos menores índices de confiabilidade. Ambos rechaçaram a declaração do presidente da Câmara Federal, deputado Eduardo Cunha, que chamou a OAB de cartel. Felipe Reis e Ivo Matias elogiaram a manifestação do presidente da OABMT, Maurício Aude, e espe-

ram a realização de desagravo.

Ações ampliadas - O presidente da Comissão de Direito do Trabalho, Marcos Avallone, tratou da ampliação do projeto Maio Trabalho que, em sua quinta edição, foi levado também para o interior do Estado com palestras e atendimento ao público na Praça em parceria com outras duas comissões, de Direito Previdenciário e de Estudos Constitucionais.

Almerindo Costa, presidente da Comissão de Segurança Pública, falou da sua participação na audiência pública que debateu a redução da maioria penal na Assembleia Legislativa;



e da atuação junto à Polícia Judiciária Civil, em conjunto com o TDP para garantir o acesso de advogados e advogadas às salas das delegacias para acompanhar seus clientes. Na do Planalto foi garantida a instalação de uma sala climatizada para o atendimento. Ainda este mês será realizado encontro com o Comandante-Geral da Polícia Militar para apresentar algumas demandas.



Manifestação de presidente da Câmara é desrespeito à classe

O presidente da OABMT, Maurício Aude, considerou as declarações do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), um desrespeito à classe. "É um desrespeito não apenas com a história da Ordem dos Advogados do Brasil, mas com a história do nosso país. O parlamentar não tem condições de discutir temas tão importantes como o financiamento empresarial de campanhas. Há anos defendemos o fim dessa prática para que haja lisura no processo eleitoral brasileiro", afirmou.

Ao comentar pesquisa encomendada pela Ordem que aponta 74% dos entrevistados contrários ao financiamento empresarial de partidos e políticos, Eduardo Cunha

criticou a entidade. Ele é favorável ao financiamento privado e disse que a OAB é um cartel, que não tem credibilidade e criticou o Exame de Ordem. O presidente da Câmara também atacou a manifestação da OAB contra a redução da maioria penal, entre outras questões.

Maurício Aude pleiteou junto a OAB Nacional um ato de desagravo público em desfavor do deputado. "Fizemos muitos eventos para debater eleições limpas, estivemos em palestras e audiências públicas com o juiz Marlon Reis, apoiamos o Tribunal Regional Eleitoral nas divulgações e conscientização do voto consciente. O ataque contra a instituição OAB, que historicamente atua na defesa da democracia,

dos direitos sociais, da democracia, tem nosso repúdio e de toda advocacia mato-grossense", sublinhou o presidente da OABMT.

Este ano em Mato Grosso, a Comissão de Direito Eleitoral da Seccional fez campanha para intensificar a coleta de assinatura da população para dar força à tramitação do Projeto de Lei 6316/2013 de Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, cujos pontos principais eram a proibição do financiamento de campanha por empresas e adoção do financiamento democrático de campanha; fortalecimento dos mecanismos da democracia direta com a participação da sociedade em decisões nacionais importantes, dentre outros.



OAB é uma das instituições com maior credibilidade

O Conselho Federal da OAB é uma das instituições com maior credibilidade junto à população brasileira. A constatação foi feita pelo Instituto Datafolha em pesquisa nacional que ouviu mais de duas mil pessoas em 135 municípios. De acordo com o levantamento, 66% dos

entrevistados disseram confiar na OAB. Numa lista com 14 instituições, a entidade ficou atrás, somente, das Forças Armadas, que conta com a confiança de 73% da população. Entre as melhores avaliadas também está a Igreja Católica na terceira posição, tendo a confiança de 61% dos entrevistados. No quar-

to lugar está o Poder Judiciário, com 55%, e em quinto a imprensa, com 54%.

A pesquisa mostra que a sociedade não confia em instituições ligadas à política partidária. A presidência da República e os ministros figuram na 12ª colocação, mais abaixo está o Congresso Nacional, em

13º e, em último, estão os partidos políticos. Somente 19% confiam na presidência e nos ministérios, outros 78% não confiam e 3% não souberam responder. O Congresso Nacional conta com a confiança 15% dos entrevistados enquanto que 82% não confiam e 3% não sabem responder. Os partidos políticos

detêm a confiança de 7% da população, 91% não confiam e 2% não souberam responder. No fim da tabela, os partidos políticos aparecem com 17 pontos, o Congresso Nacional com 33 e a presidência e os ministérios com 41.

Financiamento - A mesma pesquisa tam-

bém revelou que 74% da população são contra o financiamento das empresas para partidos e candidatos nas eleições. (*Pesquisa Datafolha realizada entre os dias 9 e 13 de junho com 2.125 pessoas em 135 municípios. Margem de erro de mais ou menos dois pontos. **Fonte:** Conselho Federal da OAB)

Parlamentares de MT reiteram apoio ao Exame de Ordem



Deputados federais por Mato Grosso estenderam seu apoio ao Exame de Ordem a dirigentes da OABMT. Na posse de novos juizes substitutos no Tribunal de Justiça, o presidente da Seccional, Maurício Aude, recebeu manifestação favorável por parte do deputado federal Valtenir Pereira. O secretário-geral da Seccional, Daniel Teixeira, recebeu a visita do deputado federal Vitório Galli que também reiterou sua concordância. E a diretoria da OABMT recebeu manifestação do deputado federal Nilson Leitão.

Valtenir Pereira afirmou "o Exame de Ordem é um método utilizado para empregar na sociedade um profissional com o mínimo de condições de atender a população. Muitas vezes é tudo o que a pessoa tem em disputa e precisa estar muito bem representado. Assim, o Exame oferece ao cidadão um profissional qualificado".

Vitório Galli destacou que atuará em defesa da prova junto à Câmara Fe-

deral. Para ele, o Exame de Ordem é um "marco de ética e moral e todos os cursos deveriam exigir uma prova semelhante. Sou titular da Comissão de Educação da Câmara e vou defender o Exame junto aos colegas".

Nilson Leitão ressaltou que "O exame da OAB é um importante instrumento de valorização da carreira de advogado, responsável por colocar no mercado os melhores profissionais. A independência da Ordem é importante para o advogado, para a justiça e para a sociedade", pontuou.

Aproximação - O secretário-geral da OABMT recebeu também os deputados estaduais suplentes Carlos Dorileo, Marcelo Coelho, Elizeu Nascimento, Milton, Iori e Almeida. Os parlamentares, entre outros assuntos, também reiteraram seu apoio ao Exame de Ordem. Marcelo Coelho, que também é advogado, ressaltou que deverão assumir a titularidade junto à ALMT e

"vimos colocar nossos mandatos à disposição da Ordem para pautas importantes que visem o bem da sociedade. Sabemos das dificuldades da advocacia e do trabalho que a OAB vem fazendo, já que é uma instituição que preza por valores sociais".

Daniel Teixeira comentou que há mais de 10 anos coordena o Exame de Ordem em Mato Grosso e que atuou na transição para o Exame Unificado. Explicou que a preocupação da OABMT é quanto à proliferação dos cursos de Direito sem critérios rigorosos. "O índice de aprovação caiu muito nos últimos anos. Muitas faculdades estão oferecendo cerca de 30% de suas aulas de forma online. Um professor grava e é transmitido para milhares de alunos. O Exame de Ordem é necessário porque o Estado não é capaz de fiscalizar a qualidade do ensino jurídico no país". Atualmente, tramitam na Câmara dos Deputados projetos de lei que visam abolir o Exame de Ordem.

Adaptação do PJe para deficiente visual foi pedida pela OABMT

A adaptação do sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) para deficientes visuais no Tribunal de Justiça é uma importante conquista voltada para profissionais que atuam no estado e foi requisitada pela Comissão de Direito Eletrônico da OABMT em conjunto com o advogado de Sinop Marcelo Leandro Sonntag em maio deste ano. A Coordenadoria de Tecnologia da Informação do TJMT fez a revisão e ampliação da acessibilidade ao sistema.

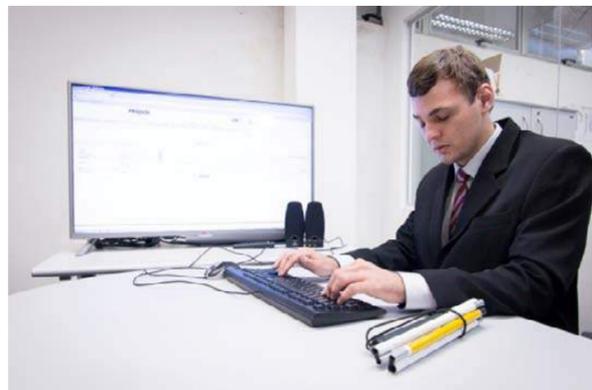
O advogado, que perdeu a visão com oito anos, percebeu limitações na ferramenta e, acompanhado do presidente da Codel, Eduardo Manzeppi, propôs alterações no sistema. Conforme Manzeppi, "a busca pelos direitos de todos advogados e advogadas por um petição eletrônico que garanta segurança e oportunize acessibilidade já vem sendo feita há algum tempo e agora com a ajuda do colega estamos progredindo na adaptação dos sistemas. Entendemos

que esta iniciativa das instituições, Poder Judiciário e Ordem dos Advogados é precursora e servirá de experiência a todos outros".

Conforme o gerente de projetos da TI, Rafael Kloekner, foram 11 apontamentos. "Fizemos as adaptações necessárias para que o leitor de tela que ele utiliza conseguisse identificar todos os campos. Além disso, nos preocupamos com a navegação e a sequência lógica para que ele conseguisse cadastrar o processo". O gerente salienta que a in-

tenção foi levar acessibilidade para outras ferramentas do Tribunal, como o Portal (www.tjmt.jus.br) e o Portal Eletrônico do Advogado (PEA).

Quem ficou responsável por entender na prática as dificuldades do advogado foi a analista de software Aryadne Zanatta. "Depois de muitas pesquisas e de instalar a ferramenta de leitura que ele usa, começamos a percorrer os caminhos que o Marcelo faria para peticionar. Por várias vezes tive que ficar de olhos fechados, sendo



guiada apenas pelo fone de ouvido para tentar entender quais poderiam ser as dificuldades dele. Como o leitor identifica apenas código html, alguns itens como o botão de busca era lido com outro nome, um nome técnico. Por isso, mudamos a nomenclatura

para ele entender". Após as alterações, Marcelo Sonntag diz que "é raro encontrar algum campo em que eu tenha dificuldade. Antes, precisava chamar alguém para me auxiliar. Agora, consigo resolver sozinho". (Com informações e foto do TJMT)

Como ficam a clientela e o escritório em dissolução de sociedade

As sociedades de advogados são sociedades simples, razão pela qual não devem ser levadas em consideração no processo de dissolução elementos típicos de sociedade empresária, tais como bens incorpóreos - a clientela e seu respectivo valor econômico e a estrutura do escritório. O entendimento é da 4ª turma do STJ. O ministro relator Luis Felipe Salomão, explicou que as sociedades de advogados são marcadas pela inexistência de organização dos fatores de produção para o desenvolvimento da atividade a que se propõem.

"Os sócios, advogados, ainda que objetivem lucro, utilizem-se de estrutura complexa e contem com colaboradores nunca revestirão caráter empresarial, tendo em vista a

existência de expressa vedação legal" (artigos 15 a 17 da lei 8.906/94 - Estatuto da OAB). Conforme o ministro, "a sociedade simples é formada por pessoas que exercem profissão do gênero intelectual, tendo como espécie a natureza científica, literária ou artística, e mesmo que conte com a colaboração de auxiliares, o exercício da profissão não constituirá elemento de empresa".

Dissolução - O recurso teve origem numa ação de extinção de condomínio constituído em razão de sociedade de dois advogados. Um deles faleceu, o que motivou o pedido contra o espólio. Em reconvenção, o espólio pediu, além da repartição do patrimônio - bens móveis e imóveis -, a dissolução da sociedade e a

apuração dos haveres, direitos e interesses decorrentes do próprio escritório de advocacia. Em 1º grau, o juízo julgou procedente apenas o pedido de extinção do condomínio para que fosse realizada a divisão dos bens como os autores da ação pediram. Na apelação, a sentença foi mantida sob o seguinte argumento: "A dignidade da nobre classe [advogados] impede que se aceite a qualificação de comércio aos seus atos profissionais, única que pode justificar a formação de 'estabelecimento', seja ele classificado como civil ou comercial".

Expressão econômica - No recurso, o espólio alegou que a proibição de a sociedade de advogados assumir características mercantis não significa proibição de lucro pela

advocacia, em virtude de ter caráter profissional e por serem onerosos os serviços prestados, pelos quais deve ser remunerada. Argumentou que "a expressão econômica de um escritório da envergadura do de titularidade dos sócios a que se referem os autos não pode ser desconsiderada no momento da dissolução da sociedade". Pediu que fosse feita a dissolução quanto à clientela e estrutura do escritório.

Para o ministro Salomão, o pedido dos recorrentes não tem respaldo jurídico, sendo, portanto, inadmissível considerar na dissolução a clientela e sua expressão econômica e o bem incorpóreo a que eles chamaram de "estrutura do escritório", elementos típicos de sociedade empresária. (REsp 1.227.240 - Fonte: Migalhas)

Treinamento sobre PJe ocorrerá mais vezes em Cuiabá

Visando oportunizar aos advogados e advogadas de Cuiabá mais condições de participar do curso sobre o funcionamento do Processo Judicial Eletrônico (PJe) da Justiça Estadual, o presidente da Comissão de Direito Eletrônico da OABMT, Eduardo Manzeppi, conseguiu junto ao Tribunal de Justiça novas datas e horários. Agora serão semanas alternadas, as terças e quintas-feiras, no período noturno. O pedido foi acatado durante reunião do Comitê Gestor do TJMT e os treinamentos serão realizados das 19h às 22h. Os profissionais poderão escolher uma das datas a seguir para participar em Cuiabá:

Agosto - dias 4, 6, 18 e 20
Setembro - dias 1º, 3, 15, 17 e 29
Outubro - dias 1º, 13, 15, 27 e 29
Novembro - dias 10, 12, 24 e 26

Treinamento no interior é alterado - Eduardo Manzeppi informa a advocacia dos municípios de Alta Floresta e Peixoto de Azevedo que o treinamento sobre o PJe da justiça estadual, inicialmente previsto para ocorrer nos dias 22 e 23 de setembro, respectivamente, foi alterado. O curso estará à disposição dos advogados e advogadas nos dias 23 (Alta Floresta) de 14h às 18h; e 24 (Peixoto de Azevedo), das 15h às 19h. A alteração no cronograma foi necessária em virtude da necessidade de treinamento para defensores, promotores e procuradores.

Participe do curso sobre Recurso Extraordinário e Recurso Especial no novo CPC

A ESAMT, em parceria com as Comissões de Direito Civil e Processo Civil e do Jovem Advogado, abriu inscrições para o curso “Recurso Extraordinário e Recurso Especial no novo CPC: Análise comparativa com o CPC vigente e aspectos práticos”,

nos dias 28 e 29 de agosto, na sala da Escola. As aulas serão ministradas pela professora Luciana Monduzzi, doutoranda em Direito Processual Civil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e assessora jurídica do TJMT na área de direito público.

O investimento é de R\$ 60 e os profissionais adimplentes com a Ordem pagarão R\$ 50. As inscrições devem ser feitas no site da OABMT, link “ESAMT – Cursos ou Área do Aluno”. Todos os inscritos receberão certificados contendo 15 horas/aula.

Curso sobre jornada de trabalho abre inscrições

A Escola Superior de Advocacia (ESAMT), em parceria com a OABMT, Comissão de Direito do Trabalho e Caixa de Assistência dos Advogados (CAAMT), abriu inscrições para o curso sobre “Jornada de Trabalho”, no dia 15 de agosto, no auditório da Ordem, pela juíza do trabalho Grazielle

Cabral Lima. A aula será durante todo o dia, das 8h às 12h e das 13h às 18h, e abordará os assuntos “Conceito e fundamentos”; “Horas extras”; “Horas in itinere”; “Sobreaviso”; “Turnos ininterruptos de revezamento”; “Compensação”; “Intervalos”; “Trabalho noturno”; “Prova das horas extras”; “Descanso

semanal remunerado”; e “Jornada de trabalho dos motoristas”. O investimento é de R\$ 120 até o dia 10 de agosto e de R\$ 150 a partir do dia 11. As inscrições devem ser feitas no site www.oabmt.org.br, no link “ESAMT – Área do Aluno”. Mais informações pelos telefones (65) 3613-0956/0957.



JORNADA DE TRABALHO

15 DE AGOSTO DAS 08H ÀS 12H E DAS 13H ÀS 18H AUDITÓRIO OAB MT CUIABÁ

CURSO MINISTRADO PELA JUÍZA DO TRABALHO E PROFESSORA GRAZIELE CABRAL LIMA

Inscrição: www.oabmt.org.br (acessar o link ESA/MT - área do aluno)

Investimento: R\$ 120,00 até dia 10/08 R\$ 150,00 a partir do dia 11/08

Certificação: 9h/a
Mínimo de 30 inscritos para início do curso.

Realização: OAB 80 ANOS, OAB CAA, OAB ESA, Comissão de Direito do Trabalho

Realização: OAB 80 ANOS, OAB CAA, OAB ESA, Comissão de Direito do Trabalho

DATA: 27/8 Horário: 19h - Local: Sala ESA/OABMT
Tema: Responsabilidade Civil por Dano Ambiental
Palestrante: Marcelo Antonio Theodoro - Currículo: advogado, coordenador pedagógico da ESAMT, doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente é professor adjunto dos cursos de Graduação, Pós-Graduação e Coordenador do Mestrado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).
Tema: O Processo de Execução no Novo CPC
Palestrante: Matheus Lourenço Rodrigues da Cunha - Currículo: advogado, professor e vice-presidente da Comissão de Defesa dos Honorários Advocatícios da OABMT.

DATA: 28/8 Horário: 19h - Local: Sala ESA/OABMT
Tema: Responsabilidade Civil por Dano Ambiental
Palestrante: Marcelo Antonio Theodoro - Currículo: advogado, coordenador pedagógico da ESAMT, doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente é professor adjunto dos cursos de Graduação, Pós-Graduação e Coordenador do Mestrado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).
Tema: O Processo de Execução no Novo CPC
Palestrante: Matheus Lourenço Rodrigues da Cunha - Currículo: advogado, professor e vice-presidente da Comissão de Defesa dos Honorários Advocatícios da OABMT.

DATA: 29/10 Horário: 19h - Local: Sala ESA/OABMT
Tema: Temas Tributários em repercussão nos Tribunais Superiores
Palestrante: Pedro Paulo Peixoto da Silva Junior - Currículo: advogado, professor e secretário-geral da Comissão de Estudos Tributários e Defesa do Contribuinte da OABMT.
Tema: Mediação e o novo CPC
Palestrante: Joao Paulo Moreschi - Currículo: advogado, presidente da Comissão Especial de Conciliação, Mediação e Arbitragem da OABMT.

DATA: 5/11 Horário: 19h - Local: Sala ESA/OABMT
Tema: Habeas Corpus e suas Peculiaridades
Palestrante: Ulisses Rabaneda Dos Santos - Currículo: advogado, professor universitário, secretário-geral adjunto da OABMT.
Tema: A (des) necessidade de outorga conjugal em caso de alienação de bens imóveis
Palestrante: Stela Cunha Valter - Currículo: advogada, professora universitária no Univag, pós-graduada em Fundamentos da Educação, mestre em História pela UFMT.

DATA: 12/11 Horário: 19h - Local: Sala ESA/OABMT
Tema: Prerrogativas dos Advogados
Palestrante: Luiz Carlos Rezende - Currículo: corregedor-geral da OABMT, advogado, professor universitário.
Tema: Feminicídio
Palestrante: Sérgio Mitsuo Tamura - Currículo: advogado, professor universitário e de cursos, Pós Graduado em Direito Tributário e Direito e Processo do Trabalho.

DATA: 3/12 Horário: 19h - Local: Sala ESA/OABMT - Encerramento
Tema: Direito Empresarial como solução de conflito
Palestrante: Bruno Oliveira Castro - Currículo: presidente da ESAMT, advogado especialista em Direito Empresarial pela UFMT, professor universitário e de Pós-Graduação.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL NO NOVO CPC: ANÁLISE COMPARATIVA COM O CPC VIGENTE E ASPECTOS PRÁTICOS

Dias 28 e 29 de Agosto de 2015
Vagas limitadas

Local: Sala da ESA
28/08 - 19h às 22h
29/08 - 8h às 12h e 13h às 18h

Inscrições: www.oabmt.org.br (link ESA/Área do Aluno)
Certificação pela ESA: 15h/a
Investimento: R\$ 60,00 / Investimento para Adimplentes com a OAB: R\$ 50,00
Informações: (65) 3613-0956 e 3613-0957

Luciana Monduzzi
Doutoranda em Direito Processual Civil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Mestre em Direito Agroambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso. Pós-Graduada em Direito Público pelo IDP - Instituto Brasileiro de Direito Público e graduada em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professora em Cursos de Extensão e Pós-Graduação. Assessora Jurídica da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso na gestão 2007-2013. Foi coordenadora do NURER - Núcleo de Repercução Geral e Recursos Repetitivos No Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Atualmente, é Assessora Jurídica do Tribunal de Justiça de Mato Grosso na área de Direito Público.

Realização: OAB ESA, OAB 80 ANOS
Apoio: Comissão do Jovem Advogado, Comissão de Direito Civil e Processo Civil

Advocacia pode se inscrever em curso de Direito de Família

Estão abertas as inscrições para o curso “As inovações do novo CPC no Direito de Família” que

AS INOVAÇÕES DO NOVO CPC NO DIREITO DE FAMÍLIA

DIA 22/08/2015, DAS 8H ÀS 12H
Auditório da OAB-MT Cuiabá
Certificado de 4 horas pela ESA-MT

Investimento: R\$ 40,00 - Estudantes; R\$ 50,00 - Assessoria do IBDFAM-MT e advogados adimplentes; R\$ 60,00 - Profissionais em geral.

Palestrante Doutor Rafael Calmon Rangel
RAFAEL CALMON RANGEL possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). É especialista em Direito Processual Civil e em Direito Civil pela Escola do Magistrado do Espírito Santo/Faculdade Autónoma de Direito de São Paulo (FADISPL) pós-graduado em Processo Civil pelas Faculdades Integradas de São Carlos (FADISCI) e mestre em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo. Palestrante, autor de um livro que se encontra no prelo, denominado “A partilha de bens no divórcio e na dissolução da união estável no novo CPC”. Autor de capítulos de livros jurídicos e artigos publicados em periódicos especializados no Brasil e em Portugal. É membro do Instituto Português de Processo Civil (IPPCI), do CEAPRO (Centro de Estudos Avançados de Processo) e associado ao Instituto Brasileiro de Direito da Família e Sucessões (IBDFAM). Juiz de Direito no Espírito Santo.
Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/viewLocal.do?i=K430267916>

Inscrições/Informações: IBDFAM-MT 3648-6444 / 9937-2345 e-mail: ibdfam.mt@gmail.com
Realização: IBDFAM
Apoio: OAB ESA, OAB

será ministrado no dia 22 de agosto, das 8h às 12h, no auditório da OABMT, com apoio da ESAMT. O palestrante será o juiz de direito Rafael Calmon Rangel, atuante no Estado do Espírito Santo. O investimento é de R\$ 40 (estudantes); R\$ 60 (advogados adimplentes e associados ao Instituto Brasileiro de Direito de Família - Ibdfam); e R\$ 80 (profissionais em geral). As inscrições devem ser feitas diretamente no Ibdfam. Todos os participantes receberão certificado de 4h/a emitido pela Escola Superior de Advocacia (ESAMT). Mais informações pelos telefones (65) 3648-6444/9937-2345 ou pelo e-mail ibdfam.mt@gmail.com.

ESAMT realizará palestras até dezembro pelo Quinta Jurídica

A Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESAMT), em parceria com a OABMT e a Caixa de Assistência dos Advogados (CAAMT), realizará palestras semanais pelo Projeto Quinta Jurídica, cuja programação seguirá até o final do ano. Conforme o presidente da Escola, Bruno Oliveira Castro, é uma excelente oportunidade para advogados e advogadas se atualizarem nas mais diversas áreas do direito.

A abertura ocorrerá no dia 13 de agosto, a partir das 19h, no auditório da OABMT, com o minicurso de Gestão Legal ministrado pela advogada Lara Selem, cujo tema será “Advocacia avançada para tempos de crise: Estratégia, Pessoas, Produção, Clientes e Finanças”. O evento será realizado pela Comissão de Direito da Mulher em parceria com a ESAMT.

O investimento será de R\$ 40 para profissionais e R\$ 20 para estudantes. As inscrições já estão abertas no site da Seccional, no link “ESAMT – cursos”. Mais detalhes pelos telefones (65) 3613-0956/0957.

As demais palestras serão oferecidas mediante investimento de R\$ 10 e a Escola Superior de Advocacia emitirá certificado de participação. Confira abaixo a programação completa do Quinta Jurídica.

DATA: 27/8 Horário: 19h - Local: Sala ESA/OABMT
Tema: Responsabilidade Civil por Dano Ambiental
Palestrante: Marcelo Antonio Theodoro - Currículo: advogado, coordenador pedagógico da ESAMT, doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente é professor adjunto dos cursos de Graduação, Pós-Graduação e Coordenador do Mestrado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).
Tema: O Processo de Execução no Novo CPC
Palestrante: Matheus Lourenço Rodrigues da Cunha - Currículo: advogado, professor e vice-presidente da Comissão de Defesa dos Honorários Advocatícios da OABMT.

DATA: 28/8 Horário: 19h - Local: Sala ESA/OABMT
Tema: Responsabilidade Civil por Dano Ambiental
Palestrante: Marcelo Antonio Theodoro - Currículo: advogado, coordenador pedagógico da ESAMT, doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente é professor adjunto dos cursos de Graduação, Pós-Graduação e Coordenador do Mestrado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).
Tema: O Processo de Execução no Novo CPC
Palestrante: Matheus Lourenço Rodrigues da Cunha - Currículo: advogado, professor e vice-presidente da Comissão de Defesa dos Honorários Advocatícios da OABMT.

DATA: 29/10 Horário: 19h - Local: Sala ESA/OABMT
Tema: Temas Tributários em repercussão nos Tribunais Superiores
Palestrante: Pedro Paulo Peixoto da Silva Junior - Currículo: advogado, professor e secretário-geral da Comissão de Estudos Tributários e Defesa do Contribuinte da OABMT.
Tema: Mediação e o novo CPC
Palestrante: Joao Paulo Moreschi - Currículo: advogado, presidente da Comissão Especial de Conciliação, Mediação e Arbitragem da OABMT.

DATA: 5/11 Horário: 19h - Local: Sala ESA/OABMT
Tema: Habeas Corpus e suas Peculiaridades
Palestrante: Ulisses Rabaneda Dos Santos - Currículo: advogado, professor universitário, secretário-geral adjunto da OABMT.
Tema: A (des) necessidade de outorga conjugal em caso de alienação de bens imóveis
Palestrante: Stela Cunha Valter - Currículo: advogada, professora universitária no Univag, pós-graduada em Fundamentos da Educação, mestre em História pela UFMT.

DATA: 12/11 Horário: 19h - Local: Sala ESA/OABMT
Tema: Prerrogativas dos Advogados
Palestrante: Luiz Carlos Rezende - Currículo: corregedor-geral da OABMT, advogado, professor universitário.
Tema: Feminicídio
Palestrante: Sérgio Mitsuo Tamura - Currículo: advogado, professor universitário e de cursos, Pós Graduado em Direito Tributário e Direito e Processo do Trabalho.

DATA: 3/12 Horário: 19h - Local: Sala ESA/OABMT - Encerramento
Tema: Direito Empresarial como solução de conflito
Palestrante: Bruno Oliveira Castro - Currículo: presidente da ESAMT, advogado especialista em Direito Empresarial pela UFMT, professor universitário e de Pós-Graduação.

do, professor universitário.
Tema: Prática do Processo do Trabalho
Palestrante: Marcos Martinho Avallone Pires - Currículo: advogado e presidente da Comissão de Direito do Trabalho da OABMT.

DATA: 8/10 Horário: 19h - Local: Sala ESA/OABMT
Tema: Conflito de denominação social e marca registrada
Palestrante: Geraldo da Cunha Macedo - Currículo: advogado, professor universitário e Presidente da Comissão de Propriedade Intelectual e Direito Autoral da OABMT.
Tema: Peticionamento Eletrônico nos sistemas do Judiciário
Palestrante: Eduardo Augusto Bordoni Manzeppi - Currículo: advogado, presidente da Comissão de Direito Eletrônico da OABMT.

DATA: 15/10 Horário: 19h - Local: Sala ESA/OABMT
Tema: Nova Lei do marco Civil da internet
Palestrante: Eduardo Augusto Bordoni Manzeppi - Currículo: advogado, presidente da Comissão de Direito Eletrônico da OABMT.
Tema: Técnicas de Defesa no Tribunal do Júri
Palestrante: Bruno Ferreira Alegria - Currículo: advogado, professor universitário e conselheiro do Conselho Curador da ESA/MT.

DATA: 22/10 - Horário: 19h - Local: Sala ESA/OABMT
Tema: Financiamento de Campanha Política
Palestrante: Luciano Teixeira Barbosa Pinto - Currículo: advogado, especialista em Direito Processual Civil e Especializando em Direito Eleitoral e improbidade administrativa, membro da Comissão de Direito Eleitoral da OABMT.
Tema: Impacto social do acúmulo dos adicionais de insalubridade e periculosidade no Contrato de Trabalho
Palestrante: Debora Nahime Astolpho - Currículo: advogada, professora universitária, especialidade em Direito e Processo do Trabalho e Previdenciário pela Fundação Escola do Ministério Público de Mato Grosso, membro da Comissão de Direito do Trabalho da OABMT.



Colônias de Férias da CAA/MT reúnem mais de 100 crianças

Julho é sinônimo de férias escolares. Para filhos(as) e dependentes de advogados(as) e estagiários(as) inscritos(as) na OAB/MT a chegada desse mês é uma oportunidade para sair da rotina, fazer novas amizades e se divertir muito na colônia de férias da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT).

Além de Cuiabá (que já está em sua nona edição), o projeto foi realizado em Barra do Garças pela terceira vez. No total, a Colônia de Férias da CAA/MT atendeu a 106 crianças com idades entre seis e 12 anos.

Em Cuiabá, as atividades foram desenvolvidas na sede da Associação dos Advogados de Mato Grosso (AA/MT) com passeios ao Colossu Buffet Park e Brasil Beach Home Resort; em Barra do Garças, a programação foi desenvolvida na Affemat, no Parque das Águas Quentes, Faby Festas e Eventos e no 58º Batalhão de Infantaria Motorizada.

“Tivemos a satisfação de inaugurar na Caixa de Assistência o projeto



Colônia de Férias que, de tamanho sucesso, foi realizado não apenas em Cuiabá, mas nas Subseções da OAB/MT. É gratificante receber o agradecimento de pais e mães, profissionais da advocacia que se veem na difícil tarefa de encontrar atividades educativas para ocupar o tempo de seus filhos durante as férias escolares. Afirimo, com toda certeza, que esse projeto é, para toda

a diretoria desta Caixa de Assistência, motivo de orgulho”, destaca o presidente da CAA/MT, Leonardo Pio da Silva Campos a importância da Colônia de Férias para a entidade e, principalmente, para os advogados, advogadas, estagiários e estagiárias inscritos na Ordem.

Ele lembrou que o sucesso do projeto é fruto de um trabalho em conjunto, realizado pela Caixa de

Assistência, Subseções da OAB/MT, UFMT. Neste ano, as colônias de férias contaram com as parcerias das seguintes empresas de Barra do Garças e Cuiabá: Faculdade Cathedral, Posto Curinga, Vale da Serra Auto Posto, Unimed Araguaia e Brasil Beach Home Resort.

“A Colônia de Férias foi um sucesso. A criançada brincou, fez diversas atividades, oficinas, passeios,

tudo com muito carinho e zelo por parte de todos que atuaram no evento. Acredito que será marcante na memória dessas crianças tudo o que fizeram na colônia, além das muitas amizades nascidas ali. Orgulho-me em fazer parte desse projeto”, afirma a Delegada da CAA/MT em Barra do Garças, Maria Cecília Galbiatti.

O bom trabalho reali-

zado foi elogiado pelo advogado Renan de Souza Campos, pai do pequeno Jonatas, participante pela primeira vez da Colônia de Férias da Caixa de Assistência. “Tudo esteve excelente o tempo todo. Meu filho gostou muito e se divertiu bastante. Nos dias de realização da colônia, Jonatas acordou sem dificuldades porque sabia que iria para a colônia de férias”.

Opinião semelhante tem Danielle Taques Leite, mãe de Giovana. “Está aprovada a colônia de férias. Minha filha aproveitou bem e desenvolveu diversas atividades, além das novas amiguinhas que encontrou aqui. Elas até já trocaram telefones e estão combinando fazer outros passeios juntas”, revela.

Diversão e novas amizades foi o que encontro Jorge Francisco em sua primeira participação na Colônia de Férias da Caixa de Assistência. “Eu dou nota mil para essa colônia”, destaca o pequeno. “Eu fiz amizade com o Gabriel e com o Giuliano”, completa.



CAA/MT investe mais de R\$ 500 mil em melhorias para advocacia

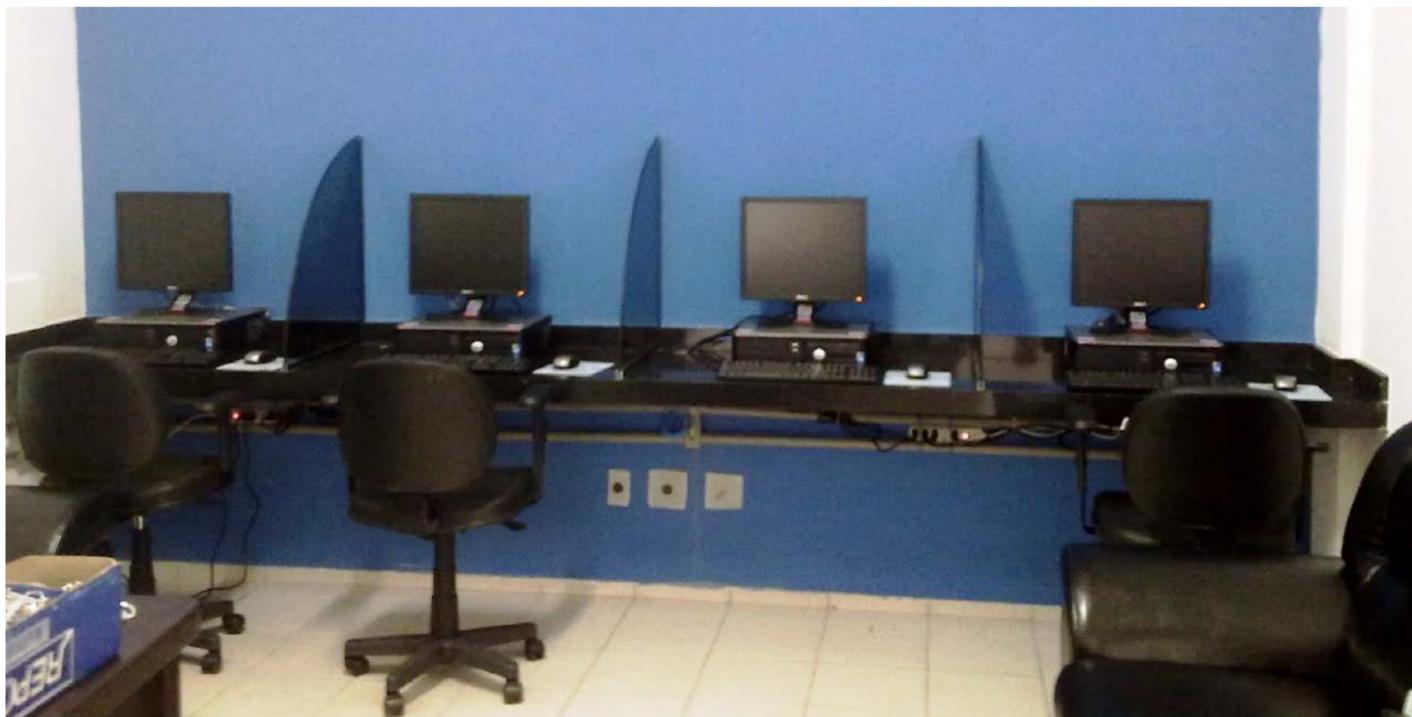
■ Nos últimos três anos, a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) aplicou mais de R\$ 500 mil em benefícios à classe advocatícia. Os investimentos contemplaram melhorias nas áreas de infraestrutura, transporte e tecnologia da informação. O presidente da entidade, Leonardo Pio da Silva Campos, explica que os recursos utilizados foram provenientes de repasses do Fundo de Investimento e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (Fida) do Conselho Federal da OAB(CFOAB) e de receita própria.

Leonardo Campos explica que os recursos do Fida são liberados, somente, para as Caixas de Assistência e Seccionais que estão com suas prestações de contas em dia e aprovadas pelo CFOAB. “A respeito da destinação da verba liberada, o Fida recomenda que a mesma seja utilizada para fomentar a qualificação dos profissionais da advocacia; construção e reformas de sedes; compra de móveis, equipamentos e outros benefícios”.

Na questão de infraestrutura, a atual diretoria da CAA/MT aplicou os recursos na construção do moderno Estacionamento dos Advogados, entregue em 2013. No ano seguinte, o Centro de Saúde dos Advogados foi contemplado com a instalação de uma plataforma de acessibilidade. “Este foi um grande avanço e, principalmente, uma demonstração de respeito às pessoas com algum tipo de deficiência, assegurando a todos igualdade de acesso”, destacou o presidente da comissão da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Carlinhos Batista Teles, há época da entrega da plataforma.

Já no segmento de transporte, a Caixa de Assistência adquiriu com a verba do Fida dois veículos tipo van. Um passou a ser utilizado em atendimento às caravanas que percorreram todas as regiões do estado, levando os benefícios da entidade aos profissionais da advocacia, nos últimos três anos. O outro veículo foi disponibilizado para o serviço de transfer gratuito no Estacionamento dos Advogados, garantindo mais comodidade e conforto aos usuários do local. Ainda sobre o estacionamento, este também ganhou cancelas automatizadas.

“Isso sem falar na aquisição de computadores e projetores que, por meio do Projeto Inclusão Digital, beneficiaram as Subseções e salas da OAB/MT em Cuiabá. E, ainda, as contribuições da Caixa de Assistência em eventos voltados à qualificação profissional da classe advocatícia, conjuntamente com a Escola Superior de Advocacia, comissões da OAB/MT e Subseções”, pontua o presidente da CAA/MT.



Leonardo Campos participa de reunião com presidente do TJMT em Barra do Garças

■ Em passagem por Barra do Garças, o presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) e presidente das Comissões Temáticas da OAB/MT, Leonardo Pio da Silva Campos, participou de reunião com o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ/MT), desembargador Paulo da Cunha.

Na oportunidade, estavam presentes o presidente da Subseção da OAB de Barra do Garças, Leonardo da Mata, o vice-presidente da CAA/MT, Flaviano Taques Figueiredo, o presidente

do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/MT, João Batista Beneti, e advocacia local. O encontro ocorreu na sede da OAB/ Barra do Garças.

“Essa reunião foi bastante proveitosa porque a advocacia de Barra do Garças pôde expor as principais dificuldades enfrentadas na região”, explicou o presidente da CAA/MT. A reforma no fórum e a designação de novos juizes para a comarca foram os principais pontos apresentados ao presidente do TJ/MT.

O magistrado destacou que são planejadas obras para o Fórum, com prioridade para melho-

rias na parte elétrica e lógica do prédio, que é antigo. Quanto ao pedido de novos magistrados, Paulo da Cunha afirmou que o Tribunal está fazendo remoção e promoção de juizes, o que irá suprir a necessidade de várias comarcas.

O presidente da OAB/Barra do Garças, Leonardo da Mata classificou o encontro como vantajoso. “O presidente nos atendeu muito bem, respondendo aos questionamentos com pontualidade. Ficamos felizes ao saber que ele já tinha ciência do que queríamos. Acredito que tudo será cumprido”, finalizou.



TOME NOTA

Entrega de kits da 3ª Corrida da Advocacia será entre os dias 26 e 29

■ Os(as) atletas inscritos(as) na 3ª Corrida da Advocacia deverão retirar seus kits entre os dias 26 e 29 de agosto, na loja Adidas do Pantanal Shopping. Todos receberão 01 kit contendo os seguintes itens: camiseta tecnológica, squeeze, toalha, porta celular de braço, mochila saco

em nylon e chip eletrônico. No ato da retirada, é necessária a apresentação de documento de identificação original com foto e comprovante de pagamento.

Nos dias 26, 27 e 28, a retirada do kit ocorrerá das 12h às 22h. Já no dia 29, os inscritos devem comparecer à Adidas entre 10h e 19h. Importante

lembrar que não haverá entrega de kits no dia da prova, ou seja, no dia 30 de agosto.

Realizada pela CAA/MT em parceria com a OAB/MT, a 3ª Corrida da Advocacia têm por patrocinadores as seguintes empresas: Adidas, Casa Prado, Criativa Farmácia de Manipulação, Faz

Gestor Jurídico On-line, Studio Nayara Gaspar Prestes, Onng e Ótica dos Advogados. São apoiadores do evento o Batalhão de Polícia Militar de Trânsito do Estado de Mato Grosso, Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, Polícia Militar e Secretaria de Mobilidade Urbana de Cuiabá.



MÊS DA ADVOCACIA

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO DEDICADA A VOCÊ PROFISSIONAL DA ADVOCACIA

» ALTA FLORESTA

21/08 – Jantar de confraternização
Horário e local: A definir
Realização: Subseção da OAB/Alta Floresta

» BARRA DO GARÇAS

11/08 – Caminhada Jurídica
19h – Local: A definir
Realização: Subseção da OAB/Barra do Garças

12/08 – Futebol para Advogados
20h – Local: A definir
Realização: Subseção da OAB/Barra do Garças

13/08 – Palestras
Tema: A definir
Palestrante: Desembargador presidente do TRT-MT Édson Bueno
Tema: A definir
Palestrante: Conselheira estadual da OAB/MT Dinara de Arruda Oliveira

19h – Local: A definir
Inscrição: Subseção da OAB/Barra do Garças
Realização: Subseção da OAB/Barra do Garças

14/08 – Almoço de confraternização
12h – Local: A definir
Realização: Subseção da OAB/Barra do Garças

» CÁCERES

10 a 13/08 – OAB Vai à Escola
Horários: Matutino e vespertino – **Locais:** Escolas públicas e particulares
Realização: OAB/MT e OAB/Cáceres

13/08 – Campanha para Doação de Sangue
Horário/Local: A definir
Realização: Subseção da OAB/Cáceres

Inauguração da Sala da OAB
17h30 – Local: Fórum
Realização: OAB/MT e OAB/Cáceres

Confraternização
18h – Local: Subseção da OAB de Cáceres
Realização: Subseção da OAB/Cáceres

28/08 – Baile dos Advogados
22h – Local: Espaço Casamia
Realização: Subseção da OAB/Cáceres

» CAMPO NOVO DO PARECIS

15/08 – Jantar da Advocacia
20h – Local: Espaço Bella Casa
Realização: Subseção da OAB/Campo Novo do Parecis

21/08 – Palestra
Tema/ Palestrante/ Horário/ Local: A definir
Inscrição: Subseção da OAB/Campo Novo do Parecis
Realização: OAB/MT, OAB/Campo Novo do Parecis, CAA/MT e ESA/MT

» COMODORO

04/08 – Ciclo de Palestras
Temas e palestrantes: A definir
19h às 22h – Local: Subseção da OAB de Comodoro
Realização: OAB/MT, OAB/Comodoro, CAA/MT e ESA/MT

05/08 – OAB vai à escola
8h às 19h – Locais: Escolas públicas e privadas
Realização: OAB/MT e OAB/Comodoro

Abertura da circulação do projeto OAB/MT 80 Anos
19h às 21h – Local: Subseção da OAB de Comodoro
Realização: OAB/MT e OAB/Comodoro

Inauguração da sede da OAB/Comodoro
19h às 21h – Local: Subseção da OAB de Comodoro
Realização: OAB/Comodoro

06/08 – OAB Vai à Escola
8h às 17h – Locais: Escolas públicas e privadas
Realização: OAB/MT e OAB/Comodoro

A Escola Vai à OAB
14h às 16h – Locais: Fórum, MP, Prefeitura, Câmara, Promotoria e OAB/Comodoro
Realização: OAB/MT e OAB/Comodoro

OAB Mulher
19h30 às 21h – Local: Subseção da OAB de Comodoro
Realização: OAB/MT e OAB/Comodoro

07/08 - OAB Cidadania
9h às 17h – Local: Praça dos Pioneiros
Realização: OAB/MT, OAB/Comodoro, CAA/MT e instituições parceiras

Encontro com a Advocacia
9h às 17h – Local: Subseção da OAB de Comodoro
Realização: OAB/MT, OAB/Comodoro e CAA/MT

» CUIABÁ

13/08 – Quinta Jurídica - Minicurso
Tema: Advocacia avançada para tempos de crise: estratégia, pessoas, produção, clientes e finanças
Palestrante: Lara Selem
19h – Local: Auditório da OAB/MT
Inscrição: Site da OAB/MT
Realização: OAB/MT, ESA/MT, CAA/MT e Comissão dos Direitos da Mulher da OAB/MT
Certificação: 5h/a

25/08 – Debate
Tema: A participação feminina na política e em outros segmentos
Presidentes de mesa: Dra. Maria Helena Póvoas e Dra. Margarete Coelho
Debatedoras: Janaína Riva, Lueci Ramos, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, Dra. Juliana Nogueira, Dra. Ana Emília Brasil e Dra. Alana Armeliato
19h – Local: Auditório da OAB/MT
Inscrições: Site OAB/MT
Realização: OAB/MT, Comissão de Direito Eleitoral da OAB/MT, CAA/MT e ESA/MT
Certificação: 4h/a

Lançamento da campanha do CFOAB “Mais Mulheres na OAB”
19h – Local: Auditório da OAB/MT
Realização: OAB/MT, ESA/MT e CAA/MT

27/08 – Quinta Jurídica - Palestras
Tema: Responsabilidade Civil por Dano Ambiental
Palestrante: Marcelo Antônio Theodoro
Tema: O processo de execução do Novo CPC
Palestrante: Matheus Lourenço Rodrigues da Cunha
19h às 21h – Local: Auditório da OAB/MT
Inscrição: Site da OAB
Realização: OAB/MT, ESA/MT e CAA/MT
Certificação: ESA/MT

30/08 – 3ª Corrida da Advocacia
7h – Local: Estacionamento dos Advogados
Realização: CAA/MT e OAB/MT

» JACIARA

Campanha “Eleições limpas, ética e democracia”
Data e horários: A definir – **Locais:** Escolas públicas e particulares
Realização: Subseção da OAB/Jaciara

Campanha “Honorários dignos”
Data e horários: A definir – **Locais:** Salas da OAB
Realização: Subseção da OAB/Jaciara

Feijoada beneficente em prol da Associação Pestalozzi de Jaciara
Data, horário e local: A definir
Realização: Subseção da OAB/Jaciara e parceiros

Confraternização ao Dia dos Advogados
Data, horário e local: A definir
Realização: Subseção da OAB/Jaciara

» LUCAS DO RIO VERDE

10 a 14/08 – OAB Vai à Escola –
Horários: Matutino e vespertino – **Locais:** Escolas municipais
Realização: OAB Solidária da Subseção da OAB/Lucas do Rio Verde

21 e 22/08 – Curso
Tema: Aspectos práticos da advocacia trabalhista com transição para o Novo CPC
Palestrante: Dra. Grazielle Cabral Lima
19h – Local: Auditório Faculdade La Salle
Inscrição: Subseção da OAB de Lucas do Rio Verde
Realização: Subseção da OAB/Lucas do Rio Verde, ESA/MT e Faculdade La Salle
Certificação: ESA/MT

23/08 – Almoço em comemoração ao Dia dos Advogados
11h – Local: Clube Seriema
Realização: Subseção da OAB/Lucas do Rio Verde

NOVA MUTUM

13/08 – Palestra
Tema, palestrante, horário e local: A definir
Realização: OAB/MT, Subseção da OAB/Nova Mutum, CAA/MT e ESA/MT

15/08 – 3ª Feijoada do Advogado
12h – Local: Costela's Beer
Realização: Subseção da OAB/Nova Mutum

» PARANATINGA

Campanha de Vacinação
Horários e locais: A definir
Realização: Subseção da OAB/Paranatinga e CAA/MT

» PRIMAVERA DO LESTE

14/08 – Jantar Árabe
19h30 – Local: Le Petit
Realização: Subseção da OAB/Primavera do Leste

19/08 – Palestra
Tema: Prática acidentária, reconhecimento de sentença trabalhista no INSS e nova lei da empregada doméstica
Palestrante: Juliana Xavier Ribeiro
19h30 – Local: Subseção da OAB de Primavera do Leste
Inscrições: Subseção da OAB/Primavera do Leste
Realização: Subseção da OAB/Primavera do Leste

» SINOP

31/07 – Palestras
Tema: Holding Familiar: o planejamento sucessório e a proteção patrimonial
Palestrante: Dr. Bruno Oliveira Castro
Tema: Impactos do Novo CPC na advocacia
Palestrante: Dr. Wélter Queiroz dos Santos
18h – Local: Subseção da OAB de Sinop
Inscrição: Subseção da OAB/Sinop
Realização: OAB/MT, Subseção da OAB/Sinop, CAA/MT e ESA/MT
Certificação: 4h/a

11/08 – Inauguração da sala da OAB
16h – Local: Fórum da Justiça Estadual
Realização: OAB/MT e Subseção da OAB/Sinop

14/08 – Baile do Rubi
21h – Local: Espaço de Festas Ghizone
Realização: Subseção da OAB/Sinop

» SORRISO

06/08 - Campanha de Vacinação
Horários e locais: Subseção da OAB de Sorriso
Realização: Subseção da OAB/Sorriso e CAA/MT

» TANGARÁ DA SERRA

07/08 – OAB e a Escola
Palestra com o tema: “Jovem cidadão e seu lugar na sociedade e no ordenamento jurídico pátrio”
Palestrante: Dr. José Maria Barbosa
14h – Local: Subseção da OAB de Tangará da Serra
Realização: Subseção da OAB/Tangará da Serra

15/08 – 9ª Baile de Gala dos Advogados
22h – Local: Tangará Tênis Clube
Realização: Subseção da OAB/Tangará da Serra

19/08 – Palestra
Tema e palestrante: A definir
19h – Local: Subseção da OAB de Tangará da Serra
Inscrição: Subseção da OAB/Tangará da Serra
Realização: OAB/MT, Subseção da OAB/Tangará da Serra, CAA/MT e ESA/MT

21/08 – OAB Cidadania
8h às 17h – Local: Praça da Bíblia
Realização: Subseção da OAB/Tangará da Serra e parceiros

26/08 - Palestra
Tema e palestrante: A definir
19h – Local: Subseção da OAB de Tangará da Serra
Inscrição: Subseção da OAB/Tangará da Serra
Realização: OAB/MT, Subseção da OAB/Tangará da Serra, CAA/MT e ESA/MT

» VÁRZEA GRANDE

11/08 – Comemoração ao Dia dos Advogados
8h – Local: Vara da Justiça do Trabalho
14h – Local: Fórum Cível
Realização: Subseção da OAB/Várzea Grande

Mesa Redonda
Participantes: Representantes do Poder Judiciário, Ministério Público e profissionais da advocacia
Data, horário e local: A definir
Realização: Subseção da OAB/Várzea Grande

13/08 – Dia de Beleza
Limpeza de pele e higienização e designer de sobrancelhas
Horário: A definir - **Local:** Subseção da OAB de Várzea Grande
Realização: Subseção da OAB/Várzea Grande

COMISSÕES

Audiência sobre agrotóxicos será em Campo Verde

Membros do Comitê Multi-Institucional do Sistema Judicial de Mato Grosso se reuniram para tratar da realização da audiência pública sobre o uso de agrotóxicos no município de Campo Verde. Um encontro ocorreu no Tribunal Regional do Trabalho (TRT/MT) com o presidente do Tribunal, desembargador Edson Bueno e os

presidentes das Comissões de Conciliação, Mediação e Arbitragem, João Paulo Moreschi; e de Direito Carcerário, Waldir Caldas; e depois, nova reunião ocorreu na sede da OABMT.

“A OAB/MT se preocupa com possíveis excessos na aplicação de agrotóxicos, pois sabemos que o manejo inadequado pode trazer danos à saúde da população que habita

nas proximidades das lavagens, bem como pode contaminar rios e o lençol freático. Portanto, é de suma importância levarmos o debate

aos moradores para que preservemos o meio ambiente e principalmente a dignidade da pessoa humana”, pontuou João Paulo Moreschi.

No encontro da OAB-MT estavam presentes a vice-presidente, Cláudia Aquino; a desembargadora do TRTMT, Beatriz Theodoro; o presidente da Comissão de Direito Carcerário, Waldir Caldas; e representantes de outros órgãos. Definiu-se que durante a audiência pública haveria explanação do representante do Ministério Público do Trabalho, Leomar D’Arouche; do engenheiro agrônomo, João Dias; e de um médico representante da Universidade Federal. Foram convidados representantes da Sema-MT e da Assembleia Legislativa. O Comitê Multi-Institucional é composto pela OABMT, TRTMT, TJMT, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública.



DIRETORIA

Atendimento na PCE terá suspensão parcial em agosto

As diretorias das Comissões de Direito Carcerário e de Direitos Humanos informam que a partir de agosto o atendimento ao público na Penitenciária Central do Estado (PCE) será suspenso de forma parcial, ou seja, das 8h às 12h, em virtude da execução do calendário de controle mensal de tuberculose que está sendo implementado pelo governo de Mato Grosso. Assim, somente serão atendidos emergências de saúde, saídas agendadas e alvará de soltura. As datas de suspensão de atendimento definidas são 10 de agosto, 14 de setembro, 13 de outubro, 9 de novembro, 7 de dezembro, e 11 de janeiro de 2016.

O presidente da Comissão de Direito Carcerário, Waldir Caldas, agradeceu “a deferência com a advocacia, avisando com antecedência a interrupção dos atendimentos. Foi com muita luta que hoje estamos recebendo este tratamento. Isso é excelente, ao passo que o objetivo é evitar que advogados da Capital e do interior se desloquem até a unidade prisional e não sejam atendidos. A confusão estaria formada e seria grande”.

A presidente da Comissão de Direitos Humanos, Betsey Miranda, vem atuando junto à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos no sentido de garantir um atendimento de qualidade para os portadores de tuberculose. Alguns pedidos foram feitos como montar na PCE um mini laboratório com equipamento de raio-x portátil, além de adquirirem kit para exames laboratoriais.

CDM realizará minicurso sobre Gestão Legal

A Comissão dos Direitos da Mulher da OABMT realizará em agosto, mês dedicado à Advocacia, um minicurso com a advogada Lara Selem, especialista em Gestão Legal, com o tema “Advocacia avançada para tempos de crise: Estratégia, Pessoas, Produção, Clientes e Finanças”. O evento marcará a abertura da “Quinta Jurídica” da ESAMT no dia 13 de agosto, às 19h, no auditório da Seccional.

A presidente da CDM, Juliana Nogueira, ressaltou que “o objetivo é a abordagem da gestão legal do escritório, desde o planejamento, passando por temas como gestão de pessoas, produção jurídica, relação com os clientes e relação financeira”. O presidente da ESAMT, Bruno Castro, destacou que este é um trabalho conjunto para oferecer assuntos atuais e promover a capacitação aos profissionais da advocacia.

Objetivos - O minicurso visa abordar a Advocacia de forma empresarial e preparar o/a advogado/a para lidar com as questões do dia-a-dia sem tirar os olhos do futuro e das metas que deseja alcançar, especialmente em momentos de

crise. Para isso, será necessário que trace as estratégias de curto-médio-longo prazo, estimule a equipe a dar o melhor de si, garanta uma produção jurídica eficiente, atenda às necessidades do cliente e profissionalize o financeiro.

PROGRAMAÇÃO

- Mercado Jurídico
- Formatação e Posicionamento do Escritório
- Sociedade Advocatícia: sócios, papéis e responsabilidades
- Clientes x Áreas de Atuação
- Análise de cenários e escolha do norte estratégico
- Planejamento Estratégico: visão, metas, objetivos e plano de ação
- Comitês estratégicos para alavancagem de projetos
- Pilares de Gestão Legal

Inscrições - As inscrições podem ser feitas no site da OABMT, link “ESAMT – Cursos” mediante investimento de R\$40 para advogados e público geral e R\$20 para estagiários e acadêmicos. **Informações:** (65) 3613-0956/0957.

Comissão de Política sobre Drogas recebe moção de aplauso

O presidente da Comissão de Políticas sobre Drogas da OABMT, Nestor Fidelis, recebeu moção de aplauso em sessão extraordinária em homenagem aos 15 anos do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência no Estado (Proerd), na Assembleia Legislativa. “Ao longo dos anos, a OABMT tem contribuído com a construção e aplicação das políticas sobre drogas e, a partir da criação da comissão específica, passou a lidar mais diretamente com ações legais e também com a prevenção, o fomento a discussão e a adequação das medidas de tratamento para usuários de drogas e dependentes químicos”.

O deputado Sebastião Rezende disse que “a homenagem é um reconhecimento às pesso-

as que de forma determinante contribuem para o Proerd crescer e se fortalecer em Mato Grosso”. O secretário de direitos humanos, Marcio Dorilêo citou que 70% dos jovens em conflito com a lei são oriundos de lares desestruturados e que mais de 70% são cooptados pelas drogas.

O Proerd - Em Mato Grosso o Proerd foi criado em 2013 e visa

combater o uso de droga através da Educação, desenvolvido por militares dentro da rede pública de ensino e reúne educandos, educadores e os pais. O coordenador do Proerd, Jacques Cunha informou que o programa atendeu ao longo destes 15 anos um total de 275 mil alunos em Mato Grosso em 75 municípios. (Com informações da Assembleia Legislativa)



MINICURSO DE GESTÃO LEGAL

ADVOCACIA AVANÇADA

PARA TEMPOS DE CRISE

ESTRATÉGIA • PESSOAS • PRODUÇÃO
CLIENTES • FINANÇAS

QUINTA JURÍDICA

13 de Agosto de 2015
19h às 22h30
OABMT, Avenida Dr. Mario Cardi Filho, CPA, Cuiabá-MT

Lara Selem

Este minicurso visa abordar a Advocacia de forma empresarial e preparar o/a advogado/a para lidar com as questões do dia-a-dia sem tirar os olhos do futuro e das metas que deseja alcançar, especialmente em momentos de crise como a que estamos atravessando no Brasil. Para isso, será necessário que ele/a trace as estratégias de curto-médio-longo prazo, estimule a equipe a dar o melhor de si, garanta uma produção jurídica eficiente, atenda às necessidades do cliente e profissionalize o financeiro.

O curso destina-se a advogados/as, sócios/as e administradores/as de escritório de advocacia, gerentes de departamentos jurídicos de empresas, administradores/as e demais profissionais cuja atuação seja direcionada à Advocacia.

Investimento: R\$ 40,00
Estudantes e estagiários :R\$ 20,00

Certificado: 5 h/a

Inscrições:
www.oabmt.org.br/AreaAluno

Realização

Comissão da Mulher

Comissão de Políticas sobre Drogas

Comissão de Direito Carcerário atuará em Fórum Internacional

O presidente da Comissão de Direito Carcerário da OABMT, Waldir Caldas Rodrigues, participará do “Fórum Internacional Ressocialização e Direitos Humanos” que será realizado pelo Poder Judiciário nos dias 26 a 28 de agosto, no Teatro Zulmira Canavarros, em Cuiabá.

Waldir Caldas atuará como debatedor na quarta palestra do primeiro dia do evento, às 16h45, com o tema “Audiência de custódia: requisitos intrínsecos e extrínsecos”. O palestrante será o advogado criminalista Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró, doutor em Direito Processual Penal.

Os interessados podem se inscrever mediante doação de 1kg de alimento não perecível ou um litro de leite em caixa. As entregas devem ser feitas



no dia do evento e serão destinadas ao Lar Provisório das Vítimas de Violência Doméstica e Familiar. Mais detalhes e

inscrições no link: <http://gmf.tjmt.jus.br/forum-internacional/fichainscricao.aspx> (Informações: TJMT)

Comissões planejam eventos para o mês da advocacia



Os presidentes das Comissões de Direito Bancário e Securitário, Evandro Cesar A. dos Santos; de Direito Eleitoral, Jackson Coutinho; e de Defesa do Consumidor, Rodrigo Palomares, registraram durante a reunião de Presidentes das Comissões Temáticas que pretendem realizar eventos em comemoração ao mês da advocacia, em agosto.

Evandro Santos informou que sua comissão pretende promover um Simpósio sobre Direito Bancário e Securitário no novo CPC e espera a participação maciça da advocacia. A data prevista será 13 de agosto. A reunião foi conduzida pelo coordenador das comissões e presidente da Caixa de As-

sistência dos Advogados (CAAMT), Leonardo Pio da Silva Campos.

Jackson Coutinho enfatizou que firmou parceria com a Comissão de Direito da Mulher no sentido de realizar um evento no dia 25 de agosto, voltado para discutir maior participação das mulheres na política e na OAB. O advogado disse que entrou em contato com a vice-governadora do Estado do Piauí e ex-conselheira federal da OAB, Margareth Coêlho, a qual se prontificou a participar.

Por sua vez, Rodrigo Palomares reiterou o con-



vite para que advogados e advogadas compareçam às palestras que a Comissão de Defesa do Consumidor está organizando em comemoração aos 25 anos do Código de Defesa do Consumidor.

No dia 11 de setembro,

serão abordados os temas "Legitimidade, competência e Procedimentos e Processo Administrativo - ANS", com o advogado e professor Silvio Soares; "A condição de validade da cláusula de reajuste por faixa etária nos contratos de planos de saúde", com o presidente da CDC, Rodrigo Palomares; "Superendividamento do Consumidor - Fragilidades e ultra vulnerabilidade", com o presidente do IBEDEC/MT, Antônio Carlos Tavares de Mello, e "Danos morais nas relações de consumo", com o advogado Ivan de Oliveira Silva.

CMA participa de debates sobre lei de ocupação do solo

A Comissão de Meio Ambiente da OABMT tem atuado nas audiências públicas para debater o anteprojeto da nova Lei de Uso e Ocupação do Solo de Cuiabá. O presidente da CMA, Luiz Alfeu Souza Ramos, alerta que as alterações gerarão consequências na vida de todo cidadão. "Diversas audiências foram agendadas para todas as regiões da capital. Nossos membros estão atuantes em todos esses eventos para represen-

tar a Ordem, afinal qualquer alteração em áreas de preservação, por exemplo, vai atingir todos nós", ressaltou o advogado durante a reunião de presidentes de Comissões Temáticas.

Luiz Alfeu demonstrou preocupação com a questão hídrica da Bacia do Coxipó onde ocorre a captação de água para abastecer 250 mil habitantes e está em sua capacidade máxima. "Há uma pressão da construção civil para ampliar a região para no-

vos empreendimentos e nossa proposta é justamente criar uma zona hídrica de proteção para garantir a distribuição de água, um bem que está se tornando escasso também no nosso Estado", pontuou.

O coordenador das Comissões Temáticas, Leonardo Campos, reiterou que a minuta da nova lei foi finalizada pouco antes da primeira audiência e possui cerca de 145 laudas, o que gerou diversos questionamentos por parte dos advogados e de representantes de instituições e da sociedade organizada. Uma das lideranças presentes afirmou que pediria reagendamento das audiências públicas.

Ao final do prazo de debate popular, a CMA participou de todos os trabalhos. Foram quatro audiências públicas e 23 oficinas temáticas nos bairros. E a Comissão buscou a ampliação do prazo para a sociedade e profissionais enviarem sugestões para alterações do projeto de lei, o que foi acatado e finalizado em 31 de julho. A minuta foi encaminhada à Câmara

de Vereadores para análise e votação.

Inconstitucionalidade - A atualização da Lei de Uso e Ocupação do Solo se faz necessária, pois a que está vigente foi considerada inconstitucional em dezembro de 2014, devido à metodologia empregada para a tomada de decisões quanto a sua renovação. Em janeiro de 2015, um decreto que instaura a participação popular na elaboração da nova Lei foi publicado.

Para Aurelino Levi de Campos, presidente do CMDE, representando o IBGE, "com as audiências, pudemos perceber como a população está preocupada com o crescimento da cidade e com sua questão organizacional. Incluir os municípios nesse processo nos permitiu entender as dificuldades de cada região de Cuiabá". Ao longo das quatro audiências públicas regionais realizadas entre os dias 7 e 10 de julho, mais de 400 pessoas estiveram presentes e mais de 100 sugestões foram colhidas



durante esta etapa. (Com informações da Prefeitura de Cuiabá)

Problemas no Ibama - O descumprimento por parte do Ibama em permitir acesso aos advogados e advogadas a processos e para carga ou cópia também foi abordado na reunião. Conforme o presidente da CMA, a liminar conseguida na Justiça Federal em sede de mandado de segurança impetrado pela OABMT foi ratificada

no mérito e mesmo assim o órgão tem dificultado o acesso ou mesmo impedido. "Por vezes, temos levado 30 dias para conseguir cópias de oito, dez laudas. Agora você pede cópia em CD, paga um boleto e espera um mês para receber", afirmou Luiz Alfeu. O caso foi remetido ao presidente do TDP, Luiz da Penha Correa, também presente na reunião das Comissões Temáticas que levará a questão à diretoria para providências.



Comissão de Conciliação destaca vantagem do Mutirão Fiscal

O presidente da Comissão de Conciliação, Mediação e Arbitragem da OABMT, João Paulo Moreschi, representou a diretoria na abertura do Mutirão Fiscal. "O momento é oportuno para os contribuintes que queiram quitar suas dívidas perante o fisco estadual e municipal pelo fato de que haverá descontos e negociações melhores nos débitos ajuizados e também naqueles que ainda não foram de modo a viabilizar que as partes, através de seus advogados, possam cada vez mais se aproximar do ente público".

O advogado também é representante da Ordem no Núcleo Permanente de Conciliação do Poder Judiciário e da Comissão do Conselho Federal da OAB. O Estado é o primeiro da federação a



aderir ao Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cujo piloto foi lançado no Distrito Federal.

Estavam presentes o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo da Cunha; o governador do Estado, Pedro Taques; a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Maria Eroti-

des Kneip Baranjak; o procurador-geral do Estado, Patryck Ayala; o procurador-geral do Município de Cuiabá, Rogério Gallo, representando o prefeito da Capital, Mauro Mendes; o defensor-geral do Estado, Djalma Sabo Mendes; a juíza titular da Vara de Execuções Fiscais e coordenadora do mutirão, Adair Julieta da Silva; juízes, secretários de Estado e outras autoridades e parceiros.

O evento é uma parceria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) e Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Município de Cuiabá, por meio da Procuradoria do Município, além do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). (Com informações do TJMT)

Comissão de Direito Eleitoral participa de curso sobre o PJe

Os integrantes da Comissão de Direito Eleitoral Silvio Queiroz Teles e Luciano Teixeira Barbosa Pinto participaram de treinamento no Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, sobre a aplicabilidade do Processo Judicial Eletrônico no âmbito da Justiça Eleitoral. De acordo com os advogados, a plataforma PJe da Justiça Eleitoral é semelhante ao da Justiça Trabalhista. "É bem intuitivo e mesmo quem não peticiona no âmbito trabalhista terá facilidade no eleitoral, cujas semelhanças são para padronização. Por enquanto está em fase experimental e a partir de 24 de agosto deste ano sua navegação será permitida oficialmente e as classes de petições (tipos

de ações) permitidas serão cinco: ação cautelar, habeas corpus, habeas data, mandado de injunção e mandado de segurança".

Silvio Teles e Luciano Pinto acrescentaram que as intimações serão via DJE e que a plataforma "SPE" continuará funcionando. "Arquivos de tamanho máximo conhecido por padronização de 1,5MB, sendo de texto no formato 'PDF', de áudio somente no 'MPEG-1' ou 'MP3', de áudio e vídeo no 'MPEG-4' e de imagem no 'JPEG'. Não

haverá a classe 'RCAND' (DRAP, RRC, AIRC) nas eleições municipais de 2016. Talvez alguns TRE's já estejam utilizando a plataforma PJe nas respectivas classes então permitidas, sem nada com registro de candidatura".

Os advogados concluíram que a "vantagem do PJe da Justiça Eleitoral é uma economia de tempo e de ato na inserção de vários (ou todos) anexos de uma vez, ao invés de individualmente, bastando pressionar a tecla 'Ctrl' para alternar ou a 'Shift' para todos." Para saber sobre todas as classes processuais e seus respectivos códigos para todas as justicas devem acessar o site www.cnj.jus.br/sgt, clicar em "Acessar Área Pública". Não necessita login.



Advogados reiteram importância da participação em comissões

■ **A** presidente da Comissão de Infância e Juventude (CIJ), Tatiane de Barros Magalhães, e o vice-presidente da Comissão de Defesa dos Honorários Advocatórios, Matheus Lourenço Rodrigues da Cunha, reiteraram o convite aos profissionais do direito para que participem das comissões temáticas da OABMT.

De acordo com os advogados, as comissões são demandas diuturnamente e precisam de integrantes que contribuam com o fortalecimento da classe. “Eu, por exemplo, recebo inúmeras denúncias todos os dias das mais variadas ações praticadas em desfavor de crianças e adolescentes. Não há como atender todas as demandas com a urgência que cada caso requer. Precisamos de pessoas que contribuam com nosso trabalho”, ressaltou Tatiane Magalhães.



Matheus Cunha destacou que a Comissão de Defesa dos Honorários Advocatórios “está com 81 processos para emitir parecer e apenas três membros para analisá-los. Nossa comissão atua diretamente na luta pela defesa da remuneração

do advogado e da advogada, que são os honorários. Por isso, reiteramos a importância de nossos colegas somarem esforços conosco no sentido de podermos obter mais resultados positivos. A diretoria nos demanda e, com nossos pareceres,

já conseguimos muitas vitórias com a OABMT atuando como assistente em recursos para buscar a majoração de honorários e levantamento de alvarás”.

Estudo - Durante a reunião de presidentes



de Comissões Temáticas da OABMT realizada na última semana, ficou aprovada a proposta de reformulação do regimento interno das comissões. Os advogados responsáveis por estudar e fazer a minuta do novo documento serão

Rodrigo Palomares, Felipe Amorim Reis e Luiz Alfeu. A previsão é de que a minuta seja apresentada na reunião das comissões do mês de setembro para, em seguida, ser encaminhada ao Conselho Seccional para análise.

OABMT é representada na semana de mobilização contra tráfico de pessoas

■ **O** presidente da Comissão de Segurança Pública da OABMT, Almerindo Costa, representou a diretoria da Seccional na abertura da “Semana de Mobilização Contra o Tráfico de Pessoas”, denominada “Coração Azul”, realizada no Palácio Paiaçuás, em Cuiabá. No mesmo dia, representantes de diversas instituições foram para a sede da OABMT para uma mesa redonda a fim de colher informações para aprofundar a questão.



de julho, ocasião em que foram promovidas pelo Ministério da Justiça pa-

lestras, audiências públicas, seminários, dentre outras ações, com a fina-

lidade de encorajar a participação em massa da população e servir de inspiração para medidas que ajudem a acabar com o tráfico de pessoas.

O presidente da Comissão de Segurança Pública da Seccional, Almerindo Costa, registrou que “é uma satisfação para a Ordem estar presente e sediar uma etapa desse evento. Estamos discutindo um tema extremamente importante



para a sociedade dentro da casa da democracia. A OABMT sempre está presente em discussões sociais e estamos atentos para cada exposição das entidades participantes para que possamos contribuir no que for necessário para abolir esse cri-

me”, destacou. No dia 6 de agosto, uma audiência pública será realizada na sede da Assembleia Legislativa, às 19h, para debater o combate ao crime organizado transnacional relativo à prevenção e punição ao tráfico de pessoas.

OABMT recebe Selo Atitude Adotiva da Ampara

■ **O** presidente da OABMT, Maurício Aude, recebeu a visita da presidente da Comissão de Infância e Juventude (CIJ), Tatiane Magalhães; da gestora administrativa da Associação Mato-grossense de Pesquisa e Apoio à Adoção (Ampara), Lindacir Rocha Bernardon; e da assistente social da associação, Denise Araújo Campos, as quais entregaram o “Selo Atitude



Adotiva”, em reconhecimento ao empenho e dedicação à causa da adoção. “No final de maio sediamos o Seminário Estadual da Adoção, organizado pela Ampara, que contou com importante palestra sobre o tema ‘Avanços da Lei 12010/2009 e seus desafios’. A OABMT sempre atuará na defesa dos interesses sociais e se preocupa com as questões humanitárias. Por isso, está de portas abertas para a Ampara e qualquer outra instituição voltada a fins sociais”, resumiu Maurício Aude. A gestora administrativa da Ampara reconheceu a importância da parceria firmada com a OABMT e registrou que ela será permanente na defesa da adoção.

Estado é obrigado a pagar honorários a dativo

■ **O**nde não há Defensoria Pública ou quando o órgão não puder assumir o caso, cabe ao Poder Público nomear um advogado dativo para fazer a curadoria especial de quem necessita e se a parte vencida for beneficiária da Justiça gratuita, é dever do Estado remunerar o profissional ao final do processo. Esse foi o entendimento firmado pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais ao negar provimento a Agravo em Apelação Cível interposto pelo governo mineiro, condenado a pagar R\$ 4,6 mil a um advogado.

A administração pública alegou que não deveria remunerar o profissional, porque a obrigação seria da parte vencida. O recurso foi movido para reformar decisão monocrática da relatora, desembargadora Teresa Peixoto. Em seu voto, agora acompanha-

do por unanimidade, a relatora afirmou ser obrigação de o Estado prestar assistência jurídica gratuita a quem necessitar, conforme artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal. Em Minas Gerais, o artigo 1º da Lei Estadual 13.166/1999 atribui expressamente essa responsabilidade à administração pública.

A relatora também apontou que o estado deve pagar os honorários de defensores dativos em processos criminais, visto que ocupa o polo ativo nas ações penais públicas condicionadas e incondicionadas. No caso, diante da ausência de Defensoria Pública em Araguari (MG), não restava outra opção ao juiz senão nomear o profissional para ser advogado dativo de necessitados em uma ação de pensão alimentícia e em duas ações penais incondicionadas. Processo 1.0035.13.012202-7/002 (Fonte: Conjur)



Diretoria acompanha trabalhos



Os trabalhos do OABMT Cidadania em Água Boa iniciaram logo cedo na Praça dos Pioneiros. A abertura foi prestigiada pelo presidente da OABMT, Mauricio Aude; a vice-presidente, Cláudia Aquino; o diretor tesoureiro, Cleverton Pintel; o conselheiro estadual e presidente da Comissão de Saúde, Fábio Capilé; o presidente da OAB de Água Boa, Tiago Thoma de Paula e autoridades. Durante todo o dia diversos serviços foram oferecidos à população gratuitamente com o apoio de parceiros como o Ministério Público, a Perícia Técnica (Politec), Polícia Militar, Prefeitura, Câmara de Vereadores, Presídio, Secretarias de Saúde e de Assistência Social, Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Corpo de Bombeiros e outros. Também foram feitas brincadeiras com crianças e adolescentes.

OABMT Mulher - No segundo dia de circulação foi realizada a 15ª plenária do OABMT Mulher, voltado para debater as ações a serem implementadas no

município e região em defesa da mulher, contra a violência doméstica e pelo empoderamento feminino em consonância com os objetivos do milênio da ONU Mulheres. O vice-prefeito estava presente e disse que reativará o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, sendo que uma das reivindicações é o assento para a Subseção local representada por uma advogada. A subseção de Água Boa criará a Comissão de Defesa da Mulher e, com o apoio da OABMT, viabilizará o curso de formação para o Vale do Araguaia unindo várias subseções - Barra do Garças, Nova Xavantina, Canarana e Água Boa.

A leitura da Carta de Água Boa foi feita no encerramento da circulação OABMT 80 anos com a presença das diretorias da OABMT e da Subseção. O presidente da Seccional, Mauricio Aude, fez uma breve prestação de contas das ações realizadas em prol da advocacia aos colegas presentes, assim como conduziu a entrega de carteiras a duas novas advogadas. Ao final foram entregues homenagens a ex-presidentes da Subseção.



Centenas de estudantes são alcançados no OABMT 80 anos

A circulação do OABMT 80 anos iniciou com palestras para 650 estudantes ministradas por advogados e advogadas da Seccional e da OAB de Água Boa, além de operadores do Direito. O presidente da OAB/Água Boa, Tiago Thoma, falou da circulação na cidade e convidou todos a participarem. As escolas visitadas no primeiro dia foram a Escola Estadual Antônia Grohs, Escola 9 de Julho, Escola Cristalino e Escola JMJ. Ministraram palestras o ad-

vogado e especialista em mídias eletrônicas, Mário Olímpio Filho; o juiz Anderson Junqueira, que falou sobre a atuação do Poder Judiciário.

No dia seguinte, outros 700 alunos de escolas de Água Boa assistiram a novas explanações com a vi-

ce-presidente da OABMT, advogados e representantes da Polícia Rodoviária Federal e da Perícia Técnica do Estado (Politec), além de convidados especiais. "Vivemos um momento ímpar do Projeto OAB vai à Escola. Um presidiário, condenado a 33 anos de prisão em regime fechado por tráfico de drogas, deu um depoimento emocionado, dizendo do seu arrependimento, transmitindo mensagem de valor à vida, à família; dizendo aos jovens que

o crime não vale a pena. Posso dizer que este momento ficará marcado na vida de cada um desses estudantes e que o projeto alcança a sua finalidade: colaborar na formação de cidadãs e cidadãos", observou Cláudia Aquino.

No período da tarde, crianças e adolescentes participaram do passeio cívico monitorado às sedes da OAB de Água Boa, fórum, Ministério Público, Prefeitura, Câmara de Vereadores e Promotoria. Eles conheceram o funcionamento de cada órgão e finalizaram a programação com um lanche oferecido pela Subseção.



Autoridades prestigiam OABMT 80 anos em Água Boa

A abertura oficial da circulação do projeto OABMT 80 anos na OAB de Água Boa ocorreu na Praça da Cultura com a presença da vice-presidente da Seccional, Cláudia Aquino; o presidente da Subseção local, Tiago Thoma; e autoridades locais que prestigiaram a exposição de fotos e documentos históricos. Também estavam presen-

tes o prefeito Mauro Silva; o presidente da Câmara de Vereadores Gilnei Macari; o vice-presidente da Subseção Paulo Diniz; o delegado regional Weber Franco; a delegada de polícia Luciana Canaverde; juiz diretor do Foro da Comarca Anderson Junqueira; tenente coronel Jorge Magalhães; o ex-presidente da OAB/Água Boa, Anderson Araújo e a

gerente da agência fazendária Miria Schutz.

Cláudia Aquino falou sobre a história da Seccional e a importância da circulação do projeto que integra a advocacia com a sociedade e estudantes de escolas públicas, além das instituições e autoridades parceiras que contribuem com as palestras e o atendimento ao público na praça da cidade.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL MT - OAB / MT
CNPJ: 03.539.731/0001-06 - Sipro - v. 2.0.94.00

Receita Mensal do Exercício por Conta em 2015

Conta	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	688.638,07	2.787.816,00	1.156.333,66	572.072,13	717.419,56	1.085.710,31	7.007.989,73
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	643.827,57	2.705.009,44	838.704,44	477.816,15	609.658,40	643.258,03	5.978.334,03
CONTRIBUIÇÕES OBRIGATORIAS	643.827,57	2.705.009,44	838.704,44	477.816,15	609.658,40	643.258,03	5.978.334,03
ANUIDADES DO EXERCÍCIO	356.554,24	2.432.345,92	543.704,52	323.628,43	369.678,17	379.199,20	4.405.110,48
INTEGRAL	321.795,55	2.194.478,83	185.055,56	39.434,49	62.149,64	68.316,25	2.871.230,32
PARCELADO	34.758,69	238.577,09	359.163,96	285.611,94	307.791,03	310.955,45	1.536.858,16
(-) DEVOLUÇÃO ANUIDADES EXERCÍCIO	0,00	-710,00	-515,00	-1.418,00	-262,50	-72,50	-2.978,00
ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	281.595,96	263.368,40	261.408,32	139.224,89	292.409,44	249.850,25	1.487.857,26
INTEGRAL	128.475,77	95.992,87	122.035,21	55.380,77	116.381,76	110.768,25	629.034,63
PARCELADO	153.120,19	167.900,73	139.875,11	84.103,62	176.027,68	139.082,00	860.208,33
(-) DEVOLUÇÃO ANUIDADE EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	-634,20	-502,00	-349,50	0,00	0,00	-1.385,70
ANUIDADE ESTAGIÁRIO - DO EXERCÍCIO	4.961,22	7.355,23	31.460,00	13.641,82	6.920,94	12.958,86	77.298,07
INTEGRAL	3.722,10	5.659,83	19.792,88	7.498,93	5.705,44	9.999,03	52.378,21
PARCELADO	1.239,12	1.695,40	11.667,12	6.142,89	1.315,50	2.959,83	25.019,86
(-) DEVOLUÇÃO ANUIDADE ESTAGIÁRIO EX ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
ANUIDADE ESTAGIÁRIO - EXERCÍCIOS ANTERIORES	716,15	1.939,89	2.191,60	1.321,01	649,85	1.249,72	8.068,22
INTEGRAL	508,93	1.252,07	1.277,43	581,42	597,13	697,00	4.913,98
PARCELADO	207,22	687,82	1.014,17	739,59	52,72	552,72	3.254,24
(-) DEVOLUÇÃO ANUIDADE ESTAGIÁRIO EX ANTERIOR	0,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
RECEITAS SOBRE INFRAÇÕES DO EXERCÍCIO	4.222,33	3.814,79	2.587,16	4.671,04	6.226,82	6.008,28	27.530,42
MULTAS DE INFRAÇÃO	1.131,35	0,00	0,00	3.191,19	0,00	0,00	4.322,54
MULTAS DE ELEIÇÕES	3.090,98	3.814,79	2.587,16	1.479,85	6.226,82	6.008,28	23.207,88
RECEITAS DE SERVIÇOS	27.789,97	53.567,06	275.806,67	53.032,53	26.881,81	33.925,05	471.003,09
CUSTAS E EMOLUMENTOS	27.789,97	53.567,06	275.806,67	53.032,53	26.881,81	33.925,05	471.003,09
REGISTRO DE SOCIEDADE	4.912,35	3.905,00	5.280,00	2.915,00	3.850,00	2.750,00	23.612,35
ALTERAÇÃO DE REGISTRO DE SOCIEDADE	980,00	330,00	1.495,01	660,00	1.760,00	1.705,00	6.940,01
EXPECIÇÃO DE CERTIDÃO	1.796,95	1.673,07	3.193,83	1.786,51	1.637,79	1.321,65	11.409,80
TAXA DE INSCRIÇÃO DE ADVOGADO	10.587,70	31.516,37	51.028,78	13.516,31	8.401,31	13.382,54	128.435,01
TAXA DE INSCRIÇÃO DE ESTAGIÁRIO	1.502,57	2.206,06	9.655,72	3.856,38	1.788,19	3.691,71	22.790,63
EXAME DE ORDEM	0,00	0,00	180.427,05	19.777,05	0,00	0,00	200.204,10
AVERBAÇÃO DE ADVOGADO	90,00	90,97	112,68	75,00	45,00	135,00	548,05
EXPEDIÇÃO DE CARTEIRA DE ADVOGADO	3.066,01	9.850,04	16.534,03	4.781,60	3.383,42	5.224,46	43.647,56
EXPEDIÇÃO DE CARTÃO DE ESTAGIÁRIO	864,91	1.425,06	5.044,21	2.342,50	1.115,11	2.039,19	12.830,98
EXPEDIÇÃO 2ª VIA DE CARTEIRA	999,21	991,14	1.225,00	1.015,48	926,44	1.146,72	6.303,99
INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR	750,00	500,00	875,00	1.375,00	1.750,70	1.377,29	6.633,99
TAXA DE EXPEDIENTE	1.430,27	1.004,35	1.005,36	1.126,70	2.635,23	1.151,49	8.353,40
(-) DEV TAXA DE INSC ADVOGADO	0,00	0,00	0,00	-110,00	-243,02	0,00	-353,02
(-) DEV EXPEDIÇÃO CARTEIRA ADVOGADO	0,00	-25,00	-70,00	-85,00	-174,36	0,00	-354,36
RECEITAS DIVERSAS	4.582,97	17.485,24	18.669,63	18.522,36	5.288,75	16.398,07	80.947,02
OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	4.582,97	17.485,24	18.669,63	18.522,36	5.288,75	16.398,07	80.947,02
INSCRIÇÕES ESA-MT	4.400,78	17.085,59	18.188,33	17.813,05	4.813,97	15.853,01	78.154,73
FOTOCOPIAS	182,19	399,65	481,30	709,31	474,78	545,06	2.792,29
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	373.337,42	373.337,42
AUXÍLIO FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	373.337,42	373.337,42
CONSELHO FEDERAL OAB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	373.337,42	373.337,42
RECEITAS PATRIMONIAIS	8.215,23	7.939,47	20.505,76	18.030,05	9.363,78	12.783,46	76.837,75
RECEITA SOBRE OPERAÇÃO FINANCEIRA	7.040,23	7.204,47	20.505,76	18.030,05	6.163,78	11.133,46	70.077,75
ALUGUEL	1.175,00	735,00	0,00	0,00	3.200,00	1.650,00	6.760,00
Total Geral	688.638,07	2.787.816,00	1.156.333,66	572.072,13	717.419,56	1.085.710,31	7.007.989,73

Cuiabá - MT, 30 de junho de 2015.

Maurício Aude
 Presidente

Cleverson de Figueiredo Pinel
 Tesoureiro

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL MT - OAB / MT
CNPJ: 03.539.731/0001-06 - Sipro - v. 2.0.94.00

Relatório de gastos mensais por conta de despesa

Conta	Nome	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Total
3.0.00.00	DESPESAS	807.506,00	1.542.650,62	987.985,12	922.395,96	914.630,49	1.026.295,39	6.101.472,58
3.1.00.00	DESPESAS CORRENTES	807.506,00	1.542.650,62	987.985,12	922.395,96	914.630,49	1.026.295,39	6.101.472,58
3.1.01.00	DESPESAS DE CUSTEIO	578.986,66	592.368,86	686.674,74	646.485,97	646.481,53	793.501,55	3.941.499,31
3.1.01.01	PESSOAL	299.505,54	270.242,02	271.408,07	279.505,69	279.505,69	306.987,75	1.704.511,51
3.1.01.01.01	SALÁRIOS	104.596,54	151.474,22	155.228,52	156.394,99	164.051,59	160.989,62	892.725,46
3.1.01.01.02	HORAS EXTRAS	1.215,65	3.453,25	4.209,06	4.577,73	3.864,82	3.597,90	20.888,41
3.1.01.01.03	ADICIONAL NOTURNO	421,40	594,08	633,70	678,70	633,70	418,10	3.380,58
3.1.01.01.05	GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO	3.970,94	5.893,08	6.123,01	6.342,65	6.601,32	6.793,49	35.824,49
3.1.01.01.06	13º SALÁRIO	202,32	598,14	679,61	941,69	607,98	1.971,10	5.000,84
3.1.01.01.07	FÉRIAS	47.890,73	4.533,16	2.322,40	1.869,75	2.346,67	5.374,72	64.307,43
3.1.01.01.08	1/3 ADICIONAL CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	21.073,95	1.551,07	865,25	623,26	782,22	2.150,03	27.048,78
3.1.01.01.09	ABONO PECUENÁRIO DE FÉRIAS	16.381,42	120,07	273,34	0,00	0,00	1.084,38	16.839,21
3.1.01.01.10	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	4.871,12	4.801,37	2.697,66	8.121,05	362,76	17.023,91	37.887,87
3.1.01.01.12	VALE TRANSPORTE	1.341,84	1.993,21	1.300,50	1.142,65	1.527,62	1.519,88	8.825,70
3.1.01.01.13	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	25.545,49	28.166,18	28.848,05	27.010,40	27.693,97	30.991,95	168.256,04
3.1.01.01.14	PLANO DE SAÚDE	7.932,89	7.901,55	7.675,76	8.206,84	7.874,67	8.780,40	48.372,11
3.1.01.01.15	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	233,79	750,71	1.024,55	1.144,46	743,23	877,01	4.773,75
3.1.01.01.17	GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO	3.696,70	4.991,52	5.544,08	5.478,96	5.736,49	6.044,46	32.390,21
3.1.01.01.18	DESPESA MÉDICO-HOSPITALAR	60,00	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00
3.1.01.01.19	OBRIGAÇÕES PATRONIAIS	60.795,37	52.810,43	53.632,50	53.991,24	56.364,39	58.176,39	335.779,32
3.1.01.01.19.01	INSS	38.726,49	37.094,11	38.250,21	38.263,74	40.333,40	41.399,40	234.067,35
3.1.01.01.19.01.0	EMPRESA	38.726,49	37.094,11	38.250,21	38.263,74	40.333,40	41.399,40	234.067,35
3.1.01.01.19.02	FGTS	20.725,30	14.229,26	13.635,54	13.942,67	14.221,12	14.919,39	91.672,28
3.1.01.01.19.03	PIS/PASEP SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1.343,58	1.496,06	1.746,75	1.784,83	1.809,87	1.856,60	10.039,69
3.1.01.01.21	FGTS - INSS	44,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44,98
3.1.01.01.22	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	280,41	290,08	290,08	290,08	314,27	251,41	1.716,33
3.1.01.02	MATERIAL DE CONSUMO	22.777,16	44.082,03	42.387,70	48.744,41	109.125,24	86.310,66	353.427,29
3.1.01.02.01	ÁGUA MINERAL	805,00	52,50	934,00	802,50	1.252,90	0,00	3.846,90
3.1.01.02.02	COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTE AUTOMOTIVOS	746,07	1.329,92	1.308,07	1.397,13	1.417,24	2.367,50	8.565,93
3.1.01.02.04	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	397,65	1.583,68	5.335,45	830,76	576,12	274,97	9.198,63
3.1.01.02.08	MATERIAL DE COXA E COZINHA	4.216,00	0,00	569,00	1.123,05	0,00	3.465,38	9.373,01
3.1.01.02.09	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.294,28	2.946,43	3.357,35	2.659,18	6.618,00	1.664,72	18.878,86
3.1.01.02.10	MATERIAL DE INFORMÁTICA	340,00	350,71	844,38	0,00	0,00	211,80	1.546,89
3.1.01.02.11	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	1.400,42	2.912,10	1.506,06	4.896,96	2.919,10	2.305,23	15.939,87
3.1.01.02.12	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	0,00	47,95	39,50	0,00	0,00	0,00	87,45
3.1.01.02.17	MATERIAL FARMACOLÓGICO	25,37	0,00	0,00	0,00	0,00	23,61	48,98
3.1.01.02.18	MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	149,87	0,00	987,53	332,41	0,00	1.611,50	3.081,31
3.1.01.02.20	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMOVEIS	12.661,93	35.034,70	26.418,11	35.710,95	93.596,88	73.536,95	276.991,13
3.1.01.02.22	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	710,00	0,00	174,00	45,00	0,00	1.007,00	1.936,00
3.1.01.02.24	MATERIAL PM MANUT MÁQUINAS E APARELHOS	30,00	25,04	45,99	692,70	0,00	0,00	793,73
3.1.01.02.25	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	0,00	841,42	125,00	2.700,00	0,00	3.666,42
3.1.01.03	SERVIÇOS DE TERCEIROS							

OABVG participa de debates no Conselho Metropolitano



■ A presidente da OAB de Várzea Grande, Flávia Moretti, conselheira do Conselho Deliberativo Metropolitano do Vale do Rio Cuiabá, participou da Sessão Ordinária que discutiu a criação das Câmaras Técnicas Setoriais; o desenvolvimento Econômico e Social e políticas setoriais; planejamento do uso e ocupação do solo, acessibilidade e mobilidade; preservação e conservação do meio ambiente e saneamento ambiental. Estavam presentes a prefeita Lucimar Campos; os prefeitos de Santo Antônio de Leverger, Valdir Ribeiro, de Nossa Senhora do Livramento, Carlos da Costa; e secretários. O prefeito de Cuiabá, Mauro Mendes, também integra o Codem; além de representantes da OABVG, Rotary, Lions Club, Crea/MT, UFMT e Associação Comercial e Industrial de Várzea Grande (Acivag).

A Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá tem como objetivo o de fomentar ações conjuntas entre os municípios para identificar necessidades e permitir que a população tenha maior



acesso a serviços como segurança, transporte coletivo, saneamento básico e infraestrutura. Os quatro municípios sedes são, Cuiabá, Várzea Grande, Santo Antônio de Leverger e Nossa Senhora do Livramento. Por unanimidade, os conselheiros aprovaram a alteração do artigo 4º da Lei Complementar 499/2013, que ampliou de seis para oito o número de representantes do poder público. Agora serão quatro do poder Executivo e outros quatro do Legisla-

tivo. Aprovaram também o aumento do número de representantes da Sociedade Civil Organizada, que passou de nove para 11.

Foram criadas três Câmaras Técnicas Setoriais, quais seja de Desenvolvimento Econômico e Social e Políticas Setoriais; de Planejamento do Uso e da Ocupação do Solo e Acessibilidade e Mobilidade; e de Preservação e Conservação do Meio Ambiente e Saneamento Ambiental. Os conselheiros aprova-

ram a indicação de quatro representantes dos municípios para serem os gestores do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM), criado pelo decreto 103/2015. Como exemplo da primeira ação efetiva que pode surgir do Codem está a questão dos resíduos sólidos, que será o tema da próxima reunião do Conselho, marcada para o dia 27 de agosto, em Santo Antônio de Leverger. (Com informações e fotos da Prefeitura de Várzea Grande)

OAB de Tangará da Serra busca melhoria da prestação jurisdicional

■ O presidente da Subseção de Tangará da Serra, Josemar Carmerino dos Santos, participou de reuniões no município para tratar de melhorias na prestação jurisdicional junto ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Tribunal de Justiça. Um

dos encontros contou com a presidente do TRE/MT, desembargadora Maria Helena Póvoas; do diretor do foro da Seção Judiciária de Mato Grosso, juiz federal Roberto Luis Luchi Demo; do juiz auxiliar da Presidência do TJMT, João Thiago Guerra; do juiz di-

retor do foro estadual, Ângelo Judai Junior; dentre outras autoridades.

Ficou definida pelo TREMT a disponibilização do prédio onde estava instalada a Vara do Trabalho para a Justiça Federal, mediante a cessão do município de um terreno para construção do Cartório Eleitoral e verba para a construção por meio de emenda parlamentar a ser viabilizada pelo deputado federal Valtenir Pereira. De acordo com o Josemar Carmerino, em face desse acordo será instalado um posto avançado da Justiça Federal no an-



tigo prédio onde funcionava a Justiça do Trabalho, com previsão de inauguração para o mês de agosto.

Construção do Júri - O presidente da OAB/Tangará participou de outra reunião com o juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Túlio Dualibi; o diretor do foro da Comarca, juiz Ângelo Judai Junior; juizes da comarca e o conselheiro estadual Jonas Co-

elho. Na ocasião, o município aceitou a proposta feita pelo juiz auxiliar da Presidência João Thiago Guerra de firmar um convênio visando a construção do Tribunal do Júri e de mais duas varas no fórum estadual, convênio este onde o TJMT fornecerá todo o projeto, bem como a verba para a construção e, em contrapartida, o município fará a licitação e fiscalização da obra, o que foi

aceito pelo prefeito, Fábio Junqueira.

De acordo com o presidente da OAB de Tangará da Serra, também foram tratados diversos assuntos como de preenchimento das vagas de juizes nas comarcas abrangidas pela subseção, criação de mais uma vara criminal, a qual já está em estudo no TJMT, a conclusão do Fórum de Barra de Bugres, dentre outros.



União pagará R\$ 10 mil a advogado

■ A União deve indenizar em R\$ 10 mil, por danos morais, um advogado de São Borja (RS), vítima de intimidação por parte de policial federal ao tentar registrar boletim de ocorrência. A decisão é do Tribunal Regional Federal da 4ª Região ao manter sentença de primeiro grau. O fato ocorreu em 2010, quando o profissional acompanhava seu cliente. Segundo o processo, o cliente e o agente se envolveram em uma discussão na qual tro-

caram ofensas mútuas, o que levou o policial a se identificar e a dar voz de prisão ao homem por desacato.

O advogado relatou que foi impedido de acompanhar o interrogatório de seu cliente e, ao questionar a licitude dos atos, o agente disse que não havia prendido ninguém, apenas o convidado para ir ao distrito. Depois de conversar com seu cliente e constatar a arbitrariedade da ação, o advogado quis registrar um BO e foi intimidado pelo po-

licial. Diante da ameaça, desistiram de registrar a ocorrência naquele momento, vindo a fazê-lo em outra ocasião.

O advogado recorreu à Justiça Federal em Uruguaiana (RS), que constatou o abuso e condenou a União, que apelou ao tribunal, sustentando que o autor se sentiu ofendido apenas por não ter passado à sala do delegado. Já o autor recorreu pedindo majoração do montante indenizatório. Para o desembargador federal e relator

Cândido Alfredo Silva Leal Junior, a sentença está correta. "Deve o autor ser indenizado pelo dano moral que sofreu em decorrência de humilhações sofridas nas dependências da Delegacia da Polícia Federal, eis que reconhecido o abuso de autoridade", afirmou o magistrado. Com informações da Assessoria de Imprensa do TRF-4. (Apelação Cível nº 5003352-74.2011.4.04.7103/RS)

Fonte: Consultor Jurídico

Definidos novos valores de depósito recursal

■ Foram definidos os novos valores dos depósitos recursais, previstos no artigo 899 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que passam a vigorar a partir de 1º de agosto de 2015. Com o reajuste, baseado na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE, no período entre julho de 2014 a junho de 2015, o limite de depósito para a interposição de recurso ordinário passa a ser de R\$ 8.138,06.

Nos casos de recurso

de revista, embargos, recurso extraordinário e de recurso em ação rescisória, o novo valor será de R\$ 16.366,10, em substituição aos R\$ 14.116,21, fixados a partir de agosto do ano passado. Os novos valores foram estabelecidas pelo Ato nº 397/Segjud, editado pelo Tribunal Superior do Trabalho, publicado em 9 de julho de 2015. Recomenda-se que os advogados estejam atentos, uma vez que esses valores serão de observância obrigatória a partir de 1º de agosto de 2015. (Fonte: TRTMT)

Confira os cursos para agosto na ESAMT

3/8 - 2ªf - 18h - Arrematação de imóveis nos leilões judiciais de acordo com o novo CPC

Exposição: Fernando Sacco Neto

Programa: cautelas para arrematação, conceito de lance vil, tratamento dos débitos propter REM, imissão na posse, supressão dos embargos à arrematação, vantagens do leilão eletrônico.

6/8 - 5ªf - 18h - Coisa julgada no novo CPC

Marcelo José Magalhães Bonício - mestre e doutor em Direito Processual Civil pela USP, professor de graduação e de pós-graduação, procurador do Estado de São Paulo.

Giovanni Bonato - advogado, doutor em Direito Processual Civil na Universidade La Sapienza, de Roma, professor doutor na Universidade Ouest Nanterre La Défense, de Paris, professor visitante na Facul-

dade de Direito da USP.

11/8 - 3ªf - 18h - Teoria geral do petição eletrônico na Justiça do Trabalho (PJe-JT)

Exposição: Robson Ferreira

Objetivo: Possibilitar aos participantes conhecer os aspectos mais relevantes do uso do certificado digital para o petição eletrônico na Justiça do Trabalho, através do novo sistema PJe-JT.

Programa: Fundamentos dos certificados digitais, preparação da petição e seus anexos em PDF, petição eletrônico na Justiça do Trabalho - novo sistema PJe-JT

14/8 - 6ªf - 8h - Limitares no novo Código de Processo Civil

Coordenação: Rogério Licastro Torres de Mello



Cursos Telepresenciais em parceria com a AASP

8h - Apreciações gerais sobre o novo CPC e as tutelas de urgência - José Roberto dos Santos Bedaque

8h45 - Limitares em grau recursal - parte 1 - Fabiano Carvalho e Rogerio Licastro Torres de Mello (debatedor)

9h30 - Intervalo

9h45 - Limitares em grau recursal - parte 2 - Fabiano Carvalho (debatedor) e Rogerio Licastro Torres de Mello

10h30 - Conferência de encerramento - João Batista Lopes

24 a 27/8 - 18h - Elaboração dos principais con-

tratos atípicos

Coordenação: Leslie Amendolara

Objetivo: O contrato atípico é assim denominado porque, embora regule negócios com características específicas, de alguma forma deriva dos contratos tradicionais. Os contratos a serem analisados nesse curso incluem-se entre os mais utilizados nas operações comerciais atuais. A técnica de sua elaboração e o exame cuidadoso de suas cláusulas exigem seu pleno conhecimento por parte do operador do direito, o que se propõe este curso a oferecer aos seus participantes.

24/8 - Contrato de leasing - Moyses Simão Sznifer

Natureza jurídica e partes envolvidas no contrato. Tipos de leasing. Principais cláusulas contratuais. Obrigações da arrendadora. Obrigações da arrendatária. A contratação das operações em moeda estrangeira com variação cambial.

25/8 - Contrato de factoring - Cesar Amendolara

Natureza jurídica e objeto do contrato. Partes envolvidas no contrato. Principais cláusulas do contrato. Exclusividade ou titularidade das contas de faturizado. Faculdade do faturizador de escolher os títulos que deseja adquirir. Assumpção do risco pelo faturizador.

26/8 - Know how -

Leslie Amendolara

Conceito de Know how. Principais cláusulas contratuais. Partes envolvidas no contrato. Objeto do contrato: cuidados.

27/8 - Contrato de franchising - Adalberto Simão Filho

Natureza jurídica do contrato. Cláusulas essenciais do contrato: prazo. Delimitação do território e da localização. Taxa da franquia. Preço de venda dos produtos. Quotas de venda. Vendas de franquia. Cancelamento ou extinção do contrato. Acesso do franqueador à contabilidade do franqueado

28/8 - 6ªf - 8h30 - Sexta da Família: planejamento sucessório

Coordenação: Eduard Lemos Barbosa

Exposição: Luiz Kignel - advogado militante, especialista em Direito Privado pela USP, membro do IBDFam e do IBGC

Curso sobre novo CPC na área trabalhista será realizado em Sinop

A OAB Sinop, por meio da Comissão de Direito do Trabalho e Previdenciário, realizará no dia 21 de agosto o curso "Implicações do novo CPC no processo do trabalho", que terá como palestrante o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Douglas Alencar Rodrigues.

De acordo com o membro da comissão, Aluisio Barros, o evento será uma oportunidade para os advogados sanarem dúvidas e adquirirem mais conhecimento sobre a área. "O novo CPC foi sancionado em março deste ano e tanto os profissionais da advocacia quanto a sociedade em geral tem dúvidas sobre determinadas alterações. Um dos objetivos da nossa comissão é sempre trazer informação de qualidade, temas atuais e pessoas do direito que possam agregar o máximo de conhecimento em nossos eventos".

As inscrições para o curso são limitadas e podem ser feitas na sala da OAB Sinop na Justiça do Trabalho e na sede da subseção, que fica localizada na Rua das Grevileas, 426, ao lado do Fórum Estadual. O valor do investimento é de R\$ 160 (para advogados e acadêmicos) e R\$ 320 (público geral). A palestra será realizada às 18h30, no Sindusmad. Mais informações por meio dos telefones (66) 3532-4216 e 3531-3650.

CURSO: IMPLICAÇÕES DO NOVO CPC NO PROCESSO DO TRABALHO

PALESTRANTE

(MINISTRO DO TST DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES)

Ministro do Tribunal desde 22/04/2014.
Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região de 18/05/2013 a 21/04/2014, promovido pelo critério de merecimento.
Professor de Introdução do Trabalho e Direito Processual do Trabalho no Instituto de Ensino Superior de Brasília - IESB.
Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP.
Participação em diversas bancas de concursos públicos para ingresso na Magistratura do Trabalho.
Bacharel em Direito Constitucional pela Universidade de Brasília - UnB - 2002.
Mestre em direito das Relações Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



21/08/2015

18h30min. às 22h30min.

Local: SINDUSMAD

VAGAS LIMITADAS

Valor do Investimento: R\$ 320,00 (Público Geral)
R\$ 160,00 (Advogados e Acadêmicos)

Obrigatória a apresentação de documento hábil a comprovar tal condição.

Local das Inscrições: Sala da OAB na Justiça do Trabalho e na sede da OAB de Sinop/MT (Rua das Grevileas, 426 - Centro Ao lado do Fórum Estadual)

Mais Informações: (66) 3532-4216 e (66) 3531-3650

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO:

Comissão de Direito do Trabalho e Previdenciário da OAB de Sinop/MT

APOIO:



OAB e TAM trazem desconto para advogados

A parceria entre a OAB e a TAM garante novos benefícios aos mais de 850 mil advogados brasileiros. Agora, além de desconto em passagens aéreas, os profissionais pagarão mais barato em pacotes com hotel e aluguel de carro, por meio do canal TAM Viagens. A compra pelo canal TAM Viagens dá desconto ao advogado e até quatro beneficiários em pacotes com passagem e hotel, ou hotel com aluguel de carro. O desconto apenas nas passagens aéreas continua valendo normalmente. Para a compra de passagens aéreas com desconto, o advogado deve utilizar o site da parceria da OAB, no endereço tam.oab.



org.br. O acesso é feito por meio do número da carteira da OAB, código de segurança no documento e CPF.

Os pacotes de viagem estão à venda na Central de Vendas e Relacionamento TAM Viagens através dos telefones 3272-2512 (São Paulo) ou 0300 772 0340 (demais localidades) ou pelo e-mail co-

tacao.tamviagens@tam.com.br. A compra dos pacotes pode ser feita ainda em qualquer uma das mais de 170 lojas TAM Viagens espalhadas por todo o Brasil. Para encontrar a loja mais próxima, clique neste link. O advogado precisa apresentar a carteira da OAB para realizar as compras. (Fonte: Conselho Federal)

OAB Sinop cobra desmembramento da 5ª Vara

A diretoria da OAB Sinop e advogados se reuniram com a corregedora-geral da justiça, desembargadora Maria Erotides Baranjak, e apresentaram reivindicações como o desmembramento da 5ª Vara, que atualmente engloba Infância e Juventude, e Família e Sucessão. De acordo com o presidente da OAB Sinop, Felipe Guerra, o número elevado de processos referentes ao envolvimento de crianças e adolescentes em delitos sobrecarrega este setor.

"Estamos na eminência de receber um centro sócio educativo adequado para atender os menores infratores, porém, não temos um juízo que esteja disponível para dar cumprimento ao ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente]. Ainda fica muito complicado se dirigir ao juiz responsável e exigir do mesmo atenção ou celeridade aos demais processos, como inventários, quando ele tem elevada demanda

relacionada a infância e juventude, que é prioridade constitucional. Esse desmembramento já seria um dos primeiros benefícios advindos da elevação da Comarca de Sinop a Entrância Especial", declarou.

Sinop possui 43 mil processos. A desembargadora ressaltou que a comarca foi elevada de entrância, mas ainda não conta com a estrutura adequada. "Estamos trabalhando para conseguir um orçamento de 7,7% para o ano que vem. Sabemos ainda que a criação da Vara Especializada em comarcas com mais de 100 mil habitantes é uma imposição do Conselho Nacional de Justiça [CNJ], por meio de Resolução. Queremos criar a Vara de Infância e Juventude em Sinop, mas com estrutura adequada e isso depende desse orçamento".

Baile do Rubi 2015 - A edição 2015 do Baile do Rubi da OAB Sinop será realizada no dia 14 de agosto, no Ghizoni Centro de Even-

tos, a partir das 20h. Serão cinco atrações musicais, buffet especial, ambiente e decoração de alto requinte, como informa a presidente da Comissão de Eventos da OAB Sinop, Xênia Artmann Guerra. "Mantivemos as apresentações musicais com estilos ecléticos e para cada momento do baile, o buffet será completo com entrada, prato principal, sobremesa, caldo e café da manhã, além de bebidas. É um evento para comemorar a advocacia, de confraternização e diversão".

Entre as atrações estão Paula Nascimento e banda, Felipe Paz, DJ Affonso Júlio, Banda Desagravo e Cesar Santos. A decoração será de Gilson Vargas, cerimonial de Kelly Hoffman e gastronomia de Manuel Buffet. Os ingressos custam R\$ 360 (inteira) e R\$ 180 (para advogados e estudantes) e estão à venda na sede da OAB Sinop, com membros da diretoria e presidentes de comissões da subseção.

OABMT convida para doação de sangue

A OABMT, em parceria com o MT-Hemocentro, convida toda a advocacia e sociedade para um ato de solidariedade: doar sangue. O pedido de apoio foi feito à Ordem pelo Hemocentro em virtude do órgão precisar de bolsas de sangue para poder atender a população de todo o Estado, pois é o único banco de sangue público de Mato Grosso. A gerente de Doação de Sangue, Patrícia de Aquino Costa, enfatiza que possuem duas unidades de coleta "com estrutura física adequada e confortável, além de equipe capacitada para atender o doador de forma ágil e segura - Sede do Hemocentro e Unidade de Coleta e Transfusão do Pronto-Socorro de Cuiabá".

O Hemocentro atende os Prontos-Socorros de Cuiabá e Várzea Grande, Hospital Universitário Júlio Muller, além de pacientes regulados pela Central de Regulação, portadores

de doenças hematológicas, todos os tipos de cirurgia, acidentados de trânsito, feridos com armas brancas e de fogo, vítimas de dengue hemorrágica, dentre outros. Importante ressaltar que o Hemocentro Estadual é a única entidade integralmente gratuita, ao contrário das entidades de coleta particulares que, apesar de atingir mesma destinação social, cobram por bolsa de sangue, seja das operadoras de plano de saúde, seja do estado quanto não atingem o suficiente para suprir a demanda.

Existem leis que preveem benefícios de isenção àqueles que se tornam doadores regulares de sangue. E, para o efeito da lei, é doador regular de sangue o indivíduo cadastrado no hemocentro estadual e que possua ao menos três doações anuais. Vejamos as leis e seus benefícios:

Lei 5.901/2014 - prevê a isenção do pagamento da taxa de inscrição

nos concursos públicos municipais aos doadores de sangue regular.

Lei Nº 7.713/2002 - prevê a isenção do pagamento da taxa de inscrição nos concursos públicos estaduais aos doadores regulares de sangue.

Lei nº 8.547/2006 - D.O. 29.08.06 prevê o direito a meia-entrada corresponde a 50% do valor do ingresso cobrado, sem restrição de data e horário aos doadores regulares de sangue registrados no hemocentro e nos bancos de sangue dos hospitais de Mato Grosso e para efeitos desta lei, teatros, museus, cinemas, circos, feiras, exposições zoológicas, parques, pontos turísticos, e estádios.

Também a lei prevê a possibilidade de empregados celetistas e estatutário a concessão de dispensa do trabalho na data da doação de sangue, conforme segue anexo, tais benefícios se estendem aos doadores de medula óssea.



Palestra em Direito Previdenciário será realizada em Primavera

A OAB de Primavera do Leste realizará a palestra "Prática Acidentária, reconhecimento da Sentença Trabalhista no INSS e nova lei da empregada doméstica" no dia 19 de

agosto, às 19h30, voltado para advogados, advogadas, estagiários, bacharéis de Direito e acadêmicos do 9º e 10º semestres.

A advogada e doutrinadora Juliana Ribeiro, mestre em Direito Previ-

denciário pela PUC/SP e coordenadora de cursos de Pós-Graduação na área, será a palestrante. As inscrições são gratuitas. Outras informações na Subseção pelo telefone (66) 3498-9537.

Curtas

A OAB/Rondonópolis, em parceria com Secretaria Municipal de Saúde, realizou campanha de vacinação na sede da subseção. Foram disponibilizadas gratuitamente vacinas para hepatite B, tríplice viral, antitetânica e HPV.

Portaria nº 176/2015/TREMT transferiu feriado da criação dos cursos jurídicos no Brasil, de 11 para 14 de agosto. Não haverá expediente nesse dia e os prazos processuais foram prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

Sexta Câmara Scível do TJMT disponibiliza e-mail para recebimento de memoriais como peças e resumos entregues por advogados: sexta.secretariacivel@tjmt.jus.br. São documentos que não precisam ser protocolados e o envio por meio eletrônico visa promover agilidade.

OAB Primavera realiza jantar árabe no mês do advogado

Como forma de promover a integração entre advogados, advogadas e seus familiares, a Subseção de Primavera do Leste realizará no dia 14 de agosto, a partir das 20h30, jantar árabe, no Espaço Le Pe-

tit. Os ingressos já estão sendo comercializados e podem ser adquiridos na sede da subseção e na sala da OABMT do fórum até o dia 10 de agosto.

De acordo com informações da subseção, o advogado tem direito

a um ingresso gratuito, pessoal e intransferível. Os acompanhantes e crianças acima de oito anos pagam R\$ 40. As bebidas serão vendidas no local, no dinheiro ou cartões de crédito e débito.

Palestra

Prática acidentária, reconhecimento da sentença trabalhista no INSS e nova lei da empregada doméstica

Dia: 19 de agosto/2015
Horário: 19h30 às 21h00

A quem se destina:

Estudantes 9º e 10º semestre, bacharéis em Direito e advogados

Investimento:

Gratuito

Local:

OAB de Primavera do Leste/MT
Av. Primavera, 220, Primavera II
Tel.: (66) 3498-9537

Professora:

JULIANA RIBEIRO - Mestre em Direito Previdenciário pela PUC-SP. Advogada Previdenciária. Coordenadora e Professora de Cursos de Pós-Graduação em Direito. Autora das obras: "Direito Previdenciário Esquemático" e "Direito Previdenciário Prático" (coord. e autoria) pela editora Quartier Latin, "Auxílio-doença Acidentário - como ficam o empregado e o empregador com o NTEP e o FAP" e "Salário-maternidade" pela editora Juruá e, "Direito Notarial e Registral", pela editora Campus/Elsevier.

Informações

OAB de Primavera do Leste

Av. Primavera, 220, Primavera II
Cep: 78850-000 - PRIMAVERA DO LESTE/MT
Tel.: (66) 3498-9537

Realização:



Jantar Árabe
Dia do Advogado

14 de Agosto, 20h30, Espaço Le Petit
Rua Piracicaba, 1835 - Centro